


INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**



**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 165/2025
Data: 24/10/2025**



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ TERÁ MEDIDAS DE CONTROLE PARA FISCALIZAÇÃO DA OBRA; ENTENDA	4
PRIMEIRA SALA VIP DO BRASIL PARA EMBARQUE EM CRUZEIROS SERÁ INAUGURADA NO PORTO DE SANTOS, NO LITORAL DE SÃO PAULO	5
ANVISA ORIENTA CRUZEIROS NO PORTO DE SANTOS A CONTROLAR RIGOROSAMENTE BEBIDAS POR RISCO DE ADULTERAÇÃO COM METANOL	6
OPERADORES PEDEM AGILIDADE PARA LEILÃO DE MEGATERMINAL DO PORTO DE SANTOS	7
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	8
ABERTA JANELA DE AVALIAÇÃO DO ÍNDICE DE DESEMPENHO AMBIENTAL 2025	8
ANTAQ REALIZA SEGUNDA REUNIÃO PARTICIPATIVA QUE DISCUTE NORMATIVOS DA NAVEGAÇÃO INTERIOR	9
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	10
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS ANUNCIA NOVO PACOTE DE INVESTIMENTOS NO AEROPORTO INTERNACIONAL DO RECIFE	10
NOVA ROTA ENTRE PETROLINA (PE) E SALVADOR (BA) AMPLIA INTERIORIZAÇÃO DO TRANSPORTE AÉREO	11
EM 2025, SEIS AEROPORTOS DO NORDESTE BATEM RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO DA ÚLTIMA DÉCADA	12
PORTOS PÚBLICOS DO SUL MOVIMENTARAM 85,3 MILHÕES DE TONELADAS DE JANEIRO A AGOSTO	13
VOA BRASIL ATINGE 50 MIL RESERVAS	14
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	15
18º LEILÃO DE SUCESSO: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES CONCEDE MAIS UM LOTE DE RODOVIAS PARANAENSES À INICIATIVA PRIVADA	15
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES INICIA NOVO CICLO DE INOVAÇÃO REGULATÓRIA PARA CONCESSÕES SUSTENTÁVEIS	16
AUTOESCOLAS TERÃO SÉRIE DE BENEFÍCIOS COM PROJETO QUE BUSCA DEMOCRATIZAR ACESSO À CNH	17
BE NEWS – BRASIL EXPORT	19
EDITORIAL – EM DEFESA DO ACORDO	19
NACIONAL - HUB – CURTAS - SILVIO COSTA FILHO CONFIRMA INTENÇÃO DE DISPUTAR O SENADO POR PERNAMBUCO EM 2026	19
<i>Eleições 2026</i>	19
<i>Trabalho, trabalho, trabalho</i>	20
<i>Apoio a João Campos</i>	20
<i>Empate técnico entre Renan Filho e JHC</i>	20
<i>Quatro pontos de diferença</i>	20
NACIONAL - CONSÓRCIO INFRAESTRUTURA ARREMATOU LEILÃO DO LOTE 4 DAS RODOVIAS DO PR	20
NACIONAL - CONCESSÕES RODOVIÁRIAS DO PARANÁ VÃO GERAR R\$ 60 BI EM INVESTIMENTOS	21
NACIONAL - PORTO SUDESTE E SAMARCO VENCEM O PRÊMIO ATP 2025	22
NACIONAL – INOVAÇÃO E INTEGRAÇÃO PAUTAM DEBATES DE ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO	23
NACIONAL - GOVERNO OFICIALIZA OTIMIZAÇÃO DE CONTRATO PARA AMPLIAR RODOVIA	24
NACIONAL - REGIÃO SUDESTE MOVIMENTA 7 MILHÕES DE PASSAGEIROS EM SETEMBRO	25
NACIONAL - ACORDO ENTRE BRASIL E INDONÉSIA AMPLIA PARCERIA EM ENERGIA E MINERAIS	26
NACIONAL - APÓS CRÍTICAS DE DEPUTADO, SETOR PORTUÁRIO DEFENDE ACORDO CAPITAL-TRABALHO	27
NACIONAL - MINISTRO SE REUNIRÁ COM TCU PARA DEFINIR CRONOGRAMA DO LEILÃO DO TECON SANTOS 10	28
REGIÃO SUDESTE - PORTO DE SANTOS TERÁ NOVA SELEÇÃO PARA 300 VAGAS NA CAPATAZIA	30
BRASIL EXPORT - FÓRUM BRASIL EXPORT DISCUTIRÁ FUTURO SUSTENTÁVEL DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES	31
NACIONAL - PROGRAMAÇÃO DO FÓRUM BRASIL EXPORT INFRAESTRUTURA 2025	32
JORNAL O GLOBO – RJ	32
'É DIFÍCIL SE LIBERTAR DO COMBUSTÍVEL FÓSSIL', DIZ LULA DURANTE VIAGEM À ÁSIA	32
EUA ABREM INVESTIGAÇÃO COMERCIAL SOBRE A CHINA, ÀS VÉSPERAS DE ENCONTRO ENTRE TRUMP E XI	33
TARIFAÇO: AS PROPOSTAS QUE LULA DEVE APRESENTAR A TRUMP NA MALÁSIA	34
MENCIONADO POR LULA, COMÉRCIO EM MOEDAS LOCAIS GANHA NOVO PESO POLÍTICO ANTES DE REUNIÃO COM TRUMP	35
BRASIL REGISTRA ROMBO RECORDE DE US\$ 9,8 BILHÕES NAS CONTAS EXTERNAS DE SETEMBRO	37
PETRÓLEO EM DISPARADA: POR QUE O BARRIL FICOU MAIS CARO E QUAL O IMPACTO SOBRE OS COMBUSTÍVEIS NO BRASIL	38
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	39
ANÁLISE - PCC E O PLANO DE MATAR AUTORIDADES: 'NÃO É SÓ SEGURANÇA DE INDIVÍDUOS, MAS SOBREVIVÊNCIA DO ESTADO'	39



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 165/2025
Página 3 de 58
Data: 24/10/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

EUA ENVIAM MAIOR PORTA-AVIÕES DO MUNDO PARA A AMÉRICA LATINA EM ESCALADA DE OPERAÇÃO ANTIDROGAS	40
COSAN JÁ TEM DEMANDA PARA COBRIR FATIA DE MERCADO EM CAPTAÇÃO DE R\$ 10 BI	43
COP-30: SETOR PRIVADO VAI APROVEITAR EVENTO PARA CAPTAR RECURSOS PARA 'PROJETOS VERDES'	44
SLB FECHA CONTRATO DE MAIS DE R\$ 1,5 BI COM A PETROBRAS PARA IMPLANTAR TECNOLOGIA INÉDITA	46
ANÁLISE - LULA FALA, DE NOVO, CONTRA O DÓLAR ANTES DE ENCONTRAR TRUMP	48
VALOR ECONÔMICO (SP).....	49
EUA ENVIAM PORTA-AVIÕES MAIS LETAL DO MUNDO AO CARIBE	49
EUA AMPLIAM USO DE RECONHECIMENTO FACIAL NAS FRONTEIRAS PARA RASTREAR ESTRANGEIROS	50
VIAGEM DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES ALEMÃO À CHINA FOI CANCELADA, DIZ PORTA-VOZ	51
GOVERNO PUBLICA REGRAS PARA LEILÃO DE RESERVA DE CAPACIDADE PARA 2026	52
EPR VENCE SÉTIMO LEILÃO E JÁ SOMA R\$ 58 BI EM OBRIGAÇÕES	53
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	55
AGENTES COBRAM PLANO DE LONGO PRAZO PARA INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA	55
GOVERNO ENVIA AO CONGRESSO TEXTO PARA ADESÃO À CONVENÇÃO DE RECICLAGEM DE NAVIOS.....	56
WÄRTSILÄ RENOVA ACORDO DE CICLO DE VIDA PARA 7 NAVIOS DE GNL DA TMS CARDIF GAS.....	57
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	58
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	58



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ TERÁ MEDIDAS DE CONTROLE PARA FISCALIZAÇÃO DA OBRA; ENTENDA

Tribunal de Contas da União determinou prazo para APS e Antaq apresentarem documento com regras de acompanhamento e prestação de contas das verbas federais

Por ATribuna.com.br 24 de outubro de 2025



Túnel imerso ficará sob o canal aquaviário de Santos, ao custo de R\$ 6,8 bilhões, sendo R\$ 5,1 bilhões em aportes públicos divididos entre o Governo de São Paulo e a União (Alexsander Ferraz/AT)

O Tribunal de Contas da União (TCU) deu prazo de 60 dias para que a Autoridade Portuária de Santos (APS) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) façam um documento estabelecendo as responsabilidades e os procedimentos para

acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos federais na obra do túnel imerso Santos-Guarujá, incluindo a elaboração de prestação de contas parciais e final.

O documento, exigido em decisão colegiada do TCU de quarta-feira (22), precisa conter o espelhamento do cronograma e dos marcos estabelecidos no contrato de concessão, vinculando o custeio federal à execução do projeto, com comprovação documental da execução física das obras, previsão de relatórios periódicos de acompanhamento, “incluindo a verificação das informações repassadas pelo estado de São Paulo”, já que a obra será tocada por meio de parceria público-privada (PPP) sob responsabilidade do Governo Estadual.

Além disso, a Corte solicita regras explícitas de prestação de contas, cláusulas de transparência e publicidade do instrumento jurídico e “salvaguardas de responsabilização, prevendo hipóteses de inadimplemento ou desvio de finalidade, inclusive com possibilidade de recomposição patrimonial ou compensações financeiras pela concessionária ou pelo estado de São Paulo”.

O acórdão também recomenda à APS e à Antaq que contratem “organismo de inspeção acreditada”, ou seja, uma empresa de auditoria, para auxílio no acompanhamento, fiscalização e prestação de contas referentes aos aportes de recursos federais na obra.

Apontamentos

No último dia 23 de agosto, A Tribuna publicou matéria mostrando que o TCU identificou “possíveis fragilidades” na modelagem da PPP para a construção do túnel Santos e Guarujá. Despacho assinado pelo ministro Bruno Dantas, relator do processo na Corte, apontava que as supostas falhas poderiam comprometer a segurança jurídica, a governança e a adequada aplicação de recursos da União no empreendimento.

A auditoria técnica do TCU havia listado pontos críticos, como matriz de riscos, considerada genérica e incompatível com a complexidade do empreendimento, ausência de instância formal de deliberação entre União, Estado e APS, indefinição sobre a titularidade do ativo e falta de instrumento jurídico que formalize o aporte da APS.

A APS informou que a decisão do TCU é bem-vinda e que cumprirá dentro do prazo. Já a Antaq explicou que aguarda a notificação sobre o assunto.

O túnel

O investimento total no túnel imerso Santos-Guarujá é de R\$ 6,8 bilhões, sendo R\$ 5,1 bilhões em aportes públicos divididos entre o Governo de São Paulo e a União. A ligação seca terá 1,5 km de extensão, dos quais 870 metros sob o canal portuário

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 24/10/2025

PRIMEIRA SALA VIP DO BRASIL PARA EMBARQUE EM CRUZEIROS SERÁ INAUGURADA NO PORTO DE SANTOS, NO LITORAL DE SÃO PAULO

O espaço começa a funcionar em dezembro em soft opening e fica disponível para o público em geral em janeiro

Por Nicollas Felix 24 de outubro de 2025



A sala vip para embarque nos cruzeiros terá acesso que poderá ser adquirido no próprio terminal (Divulgação)

A experiência de embarque das pessoas que vão passar pelo Terminal de Passageiros Giusfredo Santini, no Porto de Santos, no litoral de São Paulo, irá mudar de patamar no ano que vem, com a inauguração da primeira sala vip em terminais de cruzeiros no Brasil. O espaço será administrado pela

empresa de tecnologia Krooze, em parceria com o Concais.

A Krooze é uma plataforma de vendas de cruzeiros que atua como um ecossistema para o setor, conectando companhias de cruzeiro com operadoras e agências de viagem no Brasil e na América Latina. De acordo com o cofundador e diretor da empresa, Luís Fernando Vieira, o contrato do espaço de 330 m² tem duração de cinco anos e vai dispor de capacidade para atender entre 50 e 80 pessoas ao mesmo tempo.

O valor do empreendimento, segundo Vieira, é confidencial. “Juntamos duas salas em uma só. Contratamos oito pedreiros de São Paulo para trabalharem em Santos”, detalha.

A intenção da Krooze é fazer a reforma do espaço com calma, realizar uma soft opening (abertura gradual e controlada para um grupo seletivo de pessoas antes da inauguração oficial para o público em geral) em dezembro, e depois, fazer a inauguração oficial do espaço em janeiro, para atender a demanda da temporada de navios, que se inicia neste final de semana.

Diferentemente de salas vip de aeroportos, o projeto no Porto de Santos foi desenvolvido sob medida para o público de cruzeiros, que embarca em clima de férias, muitas vezes em família, já em trajes descontraídos, explica Vieira. Além disso, ele garante que a sala não ficará lotada ou terá filas na entrada.

“A proposta é oferecer uma experiência sofisticada e relaxante, totalmente alinhada ao espírito de quem está prestes a iniciar uma viagem inesquecível”, afirma.

Acesso poderá ser adquirido

Na alta temporada, quando passam entre 5 mil e 10 mil pessoas pelo terminal de passageiros do Porto de Santos, a ideia é que a sala vip “pesque” um público de alto poder aquisitivo para proporcionar uma experiência única.

A entrada no espaço privativo será vendida aos passageiros no terminal, mas Vieira afirma que os agentes de viagens e operadores parceiros da Krooze terão prioridade no acesso aos ingressos da sala vip. Os valores ainda não foram definidos.

Estrutura

O espaço contará com bufê gourmet, bebidas premium, área de descanso, wi-fi de alta velocidade, recepção exclusiva, vista para os navios, bar, banheiros modernos e tecnologia de acesso personalizada. A empresa responsável defende que o projeto arquitetônico combinará elegância natural, madeira, texturas orgânicas e iluminação acolhedora, resultando em uma atmosfera de leveza e exclusividade.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 24/10/2025

ANVISA ORIENTA CRUZEIROS NO PORTO DE SANTOS A CONTROLAR RIGOROSAMENTE BEBIDAS POR RISCO DE ADULTERAÇÃO COM METANOL

Temporada de cruzeiros começa em meio a alerta sobre intoxicação e órgãos reforçam fiscalização e cuidados aos passageiros

Por Ted Sartori 24 de outubro de 2025



Empresas informaram que bebidas servidas a bordo são provenientes de fontes certificadas, seguindo altos padrões nacionais e internacionais (Carlos Nogueira/ AT/ Arquivo)

A temporada de cruzeiros começa neste domingo (26), em Santos, em meio à contaminação de bebidas alcoólicas por metanol no Brasil. Como as embarcações de passageiros vendem grande quantidade de bebidas destiladas, o alerta para o problema naturalmente foi ligado. A ingestão desses líquidos representa risco elevado à saúde, podendo

causar sequelas permanentes, como a perda da visão, e até levar à morte.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) informa em nota que, diante disso, tem atuado de forma articulada com outros órgãos no âmbito da Sala de Situação de Saúde – Intoxicação por Metanol, coordenada pelo Ministério da Saúde, para reforçar as ações de vigilância e prevenção.

“O fornecimento de alimentos e bebidas para embarcações de cruzeiro é regulado pela Resolução 72/2009 (dispõe sobre o Regulamento Técnico que visa à promoção da saúde nos portos de controle sanitário instalados em território nacional, e embarcações que por eles transitam), que exige que os fornecedores estejam devidamente cadastrados junto à Anvisa. O monitoramento desses fornecedores e dos produtos fornecidos é feito por meio do Porto Sem Papel, sistema utilizado para acompanhamento das operações portuárias”, explica.

Segundo a Anvisa, “é importante ressaltar que a fiscalização e o registro de bebidas alcoólicas, incluindo destilados, são de competência do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa). A Anvisa atua de forma complementar, no âmbito da vigilância sanitária de portos e embarcações”.

Rigorosos critérios

A Anvisa orienta que as embarcações de cruzeiro adotem rigorosos critérios de controle sanitário, garantindo que todas as bebidas comercializadas a bordo sejam adquiridas exclusivamente de fornecedores qualificados.



O órgão reforça que a principal forma de prevenção é garantir a procedência regular das bebidas e seguir as orientações de saúde pública. “A Agência participa ativamente das ações coordenadas pelo Ministério da Saúde para enfrentamento desse evento, atuando no monitoramento e na fiscalização sanitária no âmbito dos portos e embarcações de cruzeiro”, finaliza.

Empresas de cruzeiro

As principais empresas que operam com navios de cruzeiro no Brasil foram procuradas para saber sobre as precauções referentes à contaminação de bebidas alcoólicas por metanol.

A MSC informou que “todas as bebidas fornecidas aos nossos navios e servidas a bordo são provenientes de fontes verificadas e aprovadas, em total conformidade com rigorosos padrões internacionais. Nossos fornecedores e produtos passam por rigorosos e estruturados processos de seleção para garantir segurança e qualidade. Além disso, conforme descrito em nossos Termos e Condições, é proibido que os hóspedes tragam bebidas alcoólicas a bordo”.

A Costa respondeu em linha semelhante. “Todos os nossos fornecedores de alimentos e bebidas são certificados em âmbito nacional e internacional e atendem aos mais altos padrões internacionais de saúde e segurança. Os controles são rigorosos e toda a cadeia de suprimentos é submetida a monitoramento constante, em conformidade com os protocolos aplicados pela empresa e pelos destinos onde operamos”.

Escaneamento

A reportagem também entrou em contato com o Concais, que administra o Terminal de Passageiros Giusfredo Santini, em Santos. “Esse assunto é diretamente com os armadores e a Anvisa. Quanto à entrada de bebidas nos navios em bagagens, não é permitido pelos armadores. O Concais apenas faz o controle por escaneamento”, explicou, em nota.

Orientações ao consumidor

- Verifique a procedência: não consuma bebidas vendidas de forma informal, sem rótulo, sem lacre de segurança ou sem selo fiscal.
- Desconfie de preços muito baixos em relação ao mercado.
- Confira o rótulo: ele deve conter informações claras sobre o fabricante, ingredientes e número de registro no Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa).
- Comerciantes e operadores de cruzeiros devem reforçar a atenção aos fornecedores, assegurando que os produtos tenham procedência legal e documentação regular.
- Sinais e sintomas de intoxicação por metanol podem aparecer de 6 a 72 horas após o consumo e incluem sensação prolongada de embriaguez, náuseas, vômitos, dor abdominal intensa, dor de cabeça, tontura, confusão mental e alterações visuais. Apresentando esses sintomas, a recomendação é procurar o serviço médico da embarcação.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 24/10/2025

OPERADORES PEDEM AGILIDADE PARA LEILÃO DE MEGATERMINAL DO PORTO DE SANTOS

Sindicato destaca importância do projeto e a necessidade de celeridade para garantir segurança jurídica e expansão do porto

Por ATribuna.com.br 24 de outubro de 2025



Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10, no cais do Saboó (Alexsander Ferraz/AT)

As empresas relacionadas às operações portuárias do Porto de Santos pediram ao Tribunal de Contas da União (TCU) agilidade na análise da documentação do leilão do Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10, no cais do Saboó.

Em ofício enviado à Corte, o Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp) afirma que “é de conhecimento de todos as discussões que vêm sendo travadas, o que tem adiado a realização do certame”.

O documento ressalta a necessidade de avaliação criteriosa do processo, esclarecendo os pontos de discórdias e as questões concorrenciais que envolvem a situação, mas pede que a deliberação seja mais rápida.

“A celeridade e a eficiência no processo licitatório são peças indispensáveis, pois são princípios que trazem estabilidade e confiança no procedimento que vem sendo desenvolvido, ampliando a segurança jurídica para a administração pública e para investidores”.

Ainda conforme o sindicato, o setor tem plena confiança nos estudos que estão sendo desenvolvidos pelo Tribunal, “os quais evidentemente são resultados do habitual zelo e conhecimento jurídico”.

O ofício complementa dizendo que o projeto do megaterminal de contêineres na área do Saboó representa investimento expressivo para o setor portuário, além de aumentar de forma impactante a capacidade do Porto de Santos para contêineres.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 24/10/2025



ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ABERTA JANELA DE AVALIAÇÃO DO ÍNDICE DE DESEMPENHO AMBIENTAL 2025

Preenchimento do formulário do IDA, por parte das instalações portuárias, ficará disponível até o dia 31 de janeiro de 2026



Brasília 23/10/2025 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) abriu a janela de avaliação do Índice de Desempenho Ambiental (IDA), referente ao período avaliativo de 2025. O objetivo da ação é que as instalações portuárias atualizem as informações dos seus respectivos questionários do IDA. O acesso ao questionário está disponível no sistema IDA ([acesse aqui](#)). O prazo para preenchimento se estende até o dia 31 de janeiro de 2026.

O formulário é disponibilizado para todos os titulares e suplentes designados pelas instalações portuárias que foram selecionadas pela Agência. A seleção para avaliação foi informada por meio de ofício aos selecionados.

Os Terminais de Uso Privado (TUPs) não selecionados também poderão participar do ciclo de avaliação do IDA de forma voluntária, devendo, para tanto, enviar manifestação de interesse à Gerência de Meio Ambiente (GMS) pelo email gms@antaq.gov.br.

Índice ambiental

O IDA é um instrumento de acompanhamento e controle de gestão ambiental em instalações portuárias. O índice permite quantificar e simplificar informações de forma a facilitar o entendimento do público e de tomadores de decisão acerca das questões ambientais portuárias.

Entre os indicadores que são avaliados pelo IDA, destacam-se os que avaliam a situação do licenciamento ambiental, a composição da equipe do setor de gestão ambiental, a prevenção de riscos e atendimento a emergências, auditoria ambiental, o gerenciamento de resíduos, a qualidade e eficiência no uso de energia, o monitoramento da qualidade ambiental e os planos de contingência de saúde.

O painel dinâmico de resultados das avaliações anteriores está disponível no portal da ANTAQ. Nele, é possível verificar informações sobre o ranking, análise por atributos, por instalações portuárias entre outras análises.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 23/10/2025

ANTAQ REALIZA SEGUNDA REUNIÃO PARTICIPATIVA QUE DISCUTE NORMATIVOS DA NAVEGAÇÃO INTERIOR

O encontro presencial aconteceu em Manaus (AM). Contribuições podem ser enviadas até o dia 14 de novembro



Brasília, 23/10/2025 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizou, nesta quinta-feira (23), a segunda, e última, reunião participativa para discutir todas as normas da navegação interior.

Dessa vez o encontro foi em Manaus (AM), no auditório da FIEAM - Federação das Indústrias do Estado do Amazonas. A primeira reunião aconteceu na última terça-feira (21) no Auditório do Sindarpa - Sindicato das Empresas de

Navegação Fluvial e Lacustre e das Agências de Navegação no Estado do Pará.

O gerente de Regulação da Navegação, Michel Weber, falou durante a reunião que o intuito das discussões é “substituir todas as normas atuais por um conjunto de normas mais modernas que sejam mais acessíveis para as empresas e para os usuários. Vamos simplificar e modernizar os normativos”.

Com o intuito de fortalecer a navegação interior, a Agência decidiu realizar duas reuniões participativas sobre o tema, além da consulta e audiência públicas e do novo instrumento que garante explicações mais detalhadas sobre as inovações da ANTAQ, os webinários técnicos.

No total, durante a audiência, quatro pessoas contribuíram de forma oral. A reunião também foi transmitida pelo canal da ANTAQ no YouTube. O período da consulta pública se estende até o dia 14 de novembro.

Modernizar a regulação



Com essa iniciativa, a Agência vai consolidar, revisar e modernizar o arcabouço normativo aplicável à navegação interior. A proposta não promove modificações de mérito na regulamentação da ANTAQ. O objetivo é aprimorar a técnica legislativa empregada, facilitando o acompanhamento e a compreensão por parte do mercado regulado e da sociedade.

Atualmente estão vigentes 11 resoluções que tratam do assunto. Com a revisão, que consta no Tema 1.1 da Agenda Regulatória ANTAQ 2025-2028, o objetivo é que a navegação interior seja disciplinada por seis normativos diferentes.

O tema passou por webinar técnico na última sexta-feira (10). Esse formato é importante para garantir explicações mais detalhadas de temas complexos e para auxiliar em futuras contribuições que serão feitas oralmente nas audiências públicas ou por escrito nas consultas públicas ou tomadas de subsídios.

Além disso, o aperfeiçoamento do estoque regulatório passa, no momento, por consulta pública. É possível enviar contribuições até o dia 14 de novembro. Todos os documentos e informações necessárias para a participação social estão disponíveis no site da ANTAQ.

Contribuições

As minutas jurídicas e documentos técnicos relativos à consulta pública do aprimoramento das propostas de normas elaboradas no âmbito do Tema 1.1 da Agenda Regulatória 2025/2028 – “Revisão e simplificação do estoque regulatório da navegação interior” estão disponíveis neste link.

O período para a realização das contribuições escritas se estende até as 23h59 do dia 14 de novembro de 2025, exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico disponível no site da ANTAQ, não sendo aceitas contribuições enviadas por meio diverso.

Será permitido anexar imagens digitais, tais como mapas, plantas e fotos exclusivamente através do email: anexo_audiencia062025@antag.gov.br mediante identificação do contribuinte e no prazo estipulado neste aviso. O envio do anexo em email não dispensa o envio da contribuição por escrito no formulário eletrônico.

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do formulário eletrônico, poderá fazê-lo utilizando o computador da Secretaria-Geral (SGE) desta Agência, em Brasília/DF, ou nas suas Unidades Regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no sítio da ANTAQ.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 23/10/2025



Presidência da República



Portos e Aeroportos

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS ANUNCIA NOVO PACOTE DE INVESTIMENTOS NO AEROPORTO INTERNACIONAL DO RECIFE

Iniciativa prevê projetos em infraestrutura, mobilidade e integração urbana na região metropolitana da capital

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) anuncia nesta segunda-feira (27), às 15h30, no Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes – Gilberto Freyre, um novo pacote de investimentos voltado à modernização e expansão da infraestrutura aeroportuária de Pernambuco.

Durante o evento, o ministro Silvio Costa Filho apresentará as ações previstas no Plano de Desenvolvimento Imobiliário e no projeto do Terminal Intermodal, que devem gerar 15 mil empregos

diretos e indiretos na região. O objetivo é transformar o entorno do aeroporto em um polo de negócios e integração urbana, com melhorias de mobilidade, sustentabilidade e oferta de serviços à população.

As obras serão executadas pela concessionária Aena Brasil, responsável pela administração do Aeroporto Internacional do Recife, em parceria com o Governo Federal. O evento contará com a presença de representantes da concessionária, autoridades locais, parceiros institucionais e do setor produtivo.

Credenciamento

Profissionais de imprensa interessados na cobertura devem confirmar presença pelos e-mails: imprensa@aenabrasil.com.br e fernando.castro@massinteligencia.com.br

Serviço

O quê: Anúncios de Investimentos no Aeroporto de Recife

Onde: Auditório do Aeroporto Internacional do Recife

Quando: Segunda-feira (27)

Horário: A partir das 15h30

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 24/10/2025

NOVA ROTA ENTRE PETROLINA (PE) E SALVADOR (BA) AMPLIA INTERIORIZAÇÃO DO TRANSPORTE AÉREO

Voos diretos entre as duas cidades também beneficia municípios vizinhos e deslocamento entre as duas regiões



O novo trajeto também beneficia a cidade vizinha de Juazeiro (BA) e fortalece a integração do Vale do São Francisco - Foto; Divulgação Gol

Anova rota aérea direta entre Petrolina (PE) e Salvador (BA), em funcionamento desde o final do mês de setembro, ampliou em 16% a oferta de voos e assentos no interior do estado de Pernambuco, segundo a Gol Linhas Aéreas, companhia responsável pelos voos entre as duas cidades, que têm três frequências semanais. A ligação direta entre o Sertão do São Francisco e a capital baiana visa reforçar a interiorização do transporte aéreo e ampliar a integração regional no Nordeste, além de oferecer aos passageiros mais agilidade e conforto para o deslocamento entre duas regiões, que têm grande relevância econômica, cultural e turística.

O novo trajeto também beneficia a cidade vizinha de Juazeiro (BA) e fortalece a integração do Vale do São Francisco, região que se destaca pelo agronegócio, pelo turismo e pela produção de vinhos.

“O Governo Federal e o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) estão apostando na aviação regional para ampliar a conectividade em todo o país e incluir cada vez mais pessoas. Essa nova rota é um exemplo disso, estimulando o turismo de passageiros e de negócios”, destacou o ministro Silvio Costa Filho.

Já o prefeito Simão Durando agradeceu a parceria e ressaltou a importância da conexão para o desenvolvimento local. “Quero parabenizar o ministro pelo trabalho e agradecer por essa conquista. Essa nova rota é muito importante não apenas para Petrolina, mas para todo o Vale do São Francisco. É uma oportunidade de integração com a Bahia, ampliando o turismo, os negócios e as

conexões logísticas. Petrolina é a cidade que mais cresce no Nordeste, e essa conquista reforça o nosso potencial econômico”, afirmou.

Silvio Costa Filho adiantou ainda que o governo trabalha para ampliar as opções de voos regionais em Pernambuco. “Essa rota será muito estratégica para o desenvolvimento da região. Vai permitir que ainda mais baianos conheçam Petrolina. Nos próximos dias também devemos ter novidades sobre novos voos entre Petrolina e Recife. Ganha Petrolina e ganha todo o Nordeste”, completou.

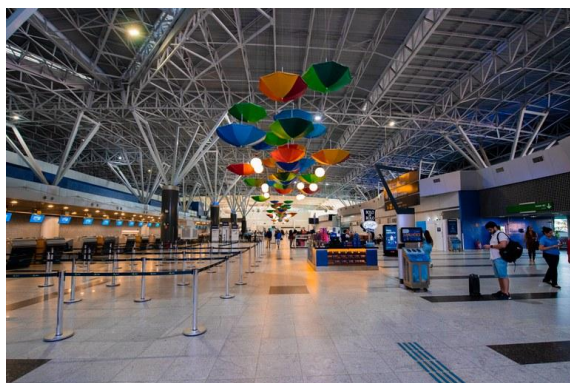
Os voos de Salvador para Petrolina partem às 23h55 às segundas e quintas, chegando à 1h05 da madrugada, e aos sábados às 15h10, com chegada às 16h20. No sentido inverso, os voos de Petrolina para Salvador decolam às 2h às terças e sextas, pousando às 3h10, e aos sábados às 12h50, com chegada às 14h00. A operação é realizada com aeronaves Boeing 737, com capacidade para 186 passageiros.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 24/10/2025

EM 2025, SEIS AEROPORTOS DO NORDESTE BATEM RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO DA ÚLTIMA DÉCADA

Juntos, os terminais somaram mais de 14,8 milhões de passageiros entre janeiro e agosto deste ano



O Aeroporto do Recife (PE) teve mais de 7 milhões de passageiros no acumulado de janeiro a setembro de 2025. Foto: Vosmar Rosa/Mpor

A aviação civil do Nordeste mantém ritmo acelerado de crescimento, impulsionada pelo potencial turístico e pela ampliação das rotas aéreas. Com praias paradisíacas, rica diversidade cultural e infraestrutura em expansão, os estados nordestinos seguem entre os destinos mais procurados do país, consolidando o turismo como um dos principais motores da economia regional.

O aumento do turismo reflete diretamente na aviação civil. Seis aeroportos do Nordeste registraram 14.861.390 passageiros, entre janeiro e setembro de 2025, o maior movimento da última década. Recife (PE), Maceió (AL), Porto Seguro (BA), São Luís (MA), João Pessoa (PB) e Aracaju (SE), todos superaram os níveis de 2019, último pico antes da pandemia, confirmando a recuperação e o fortalecimento do setor.

De acordo com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o Aeroporto Internacional do Recife lidera o ranking com 7.170.743 passageiros no acumulado de janeiro a setembro de 2025, seu maior volume já registrado, representando um crescimento de 48% em relação a 2015. Em seguida, Maceió (Rio Largo) e Porto Seguro atingiram números recordes, com altas de 50% e 76%, respectivamente. João Pessoa (Santa Rita), São Luís e Aracaju também apresentaram forte retomada, refletindo o aumento do fluxo de turistas e a ampliação das conexões aéreas.

O movimento no aeroporto de Salvador (BA) totalizou 5.732.361 passageiros no acumulado de 2025, número próximo ao recorde histórico de 2018, quando foram registrados 5.717.225 embarques e desembarques. Já Fortaleza (CE) contabilizou 4.433.174 passageiros em 2025, abaixo do pico da série histórica, mas se mantendo entre os maiores terminais da região.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou que esta fase positiva também se deve ao ambiente econômico favorável e à atuação coordenada do Governo Federal. “Esse movimento reflete tanto o bom momento econômico vivido pelo Brasil quanto a efetividade das políticas públicas implementadas pelo Ministério de Portos e Aeroportos para melhorar a

infraestrutura aeroportuária do país, aumentar a oferta de voos e o atendimento de novas localidades”, enfatizou.

Ao mesmo tempo, os resultados refletem também o avanço no processo de internacionalização dos aeroportos e a abertura de novas rotas internacionais, consolidando o papel do Nordeste como uma das principais portas de entrada e saída do Brasil.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 24/10/2025

PORTOS PÚBLICOS DO SUL MOVIMENTARAM 85,3 MILHÕES DE TONELADAS DE JANEIRO A AGOSTO



Avanço de 21% na movimentação de contêineres e de 15% em carga geral impulsionou o crescimento no período

Vista aérea do Porto de Paranaguá (PR), maior terminal portuário da região Sul - Foto: Divulgação

Os portos públicos da região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) registraram um crescimento de 7,9% na movimentação de cargas de janeiro a agosto de 2025. Segundo dados da

Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), 85,3 milhões de toneladas passaram pelos terminais administrados pelas autoridades portuárias federais no período.

O desempenho positivo foi liderado pelo Porto de Paranaguá (PR), que movimentou 43,9 milhões de toneladas. Na sequência, aparecem o Porto de Rio Grande (RS), com 20,2 milhões, o Porto de São Francisco do Sul (SC), com 12,1 milhões, e o Porto de Imbituba (SC), com 4,8 milhões de toneladas. O Porto de Itajaí (SC) fecha a lista dos cinco principais, tendo movimentado 2,5 milhões de toneladas no período.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou que os números refletem o foco do governo federal na eficiência da gestão. "O crescimento dos portos públicos do Sul é resultado de uma gestão eficiente e focada em competitividade, visando fortalecer a economia da região e do Brasil como um todo", afirmou o ministro.



O grande destaque do balanço foi o aumento de 21,14% na movimentação de cargas em contêineres (total de 19,9 milhões de toneladas) e de 15,46% em carga geral (total de 9 milhões de toneladas) frente a 2024. O forte avanço nessas duas modalidades, que englobam uma vasta gama de produtos, demonstra a versatilidade e a crescente capacidade dos portos públicos para atender diferentes e

complexas cadeias logísticas.

Destaques dos portos da região Sul

A vocação para o comércio exterior dos portos da região foi confirmada pela alta de 7,19% na navegação de longo curso (internacional), que totalizou 73,4 milhões de toneladas, impulsionando o crescimento de 4,95% nas exportações (lideradas pela soja e milho) e de 11,84% nas importações (incluindo fertilizantes).

Novos investimentos

Para ampliar ainda mais a eficiência da região, o Ministério de Portos e Aeroportos realizou, nessa quarta-feira (22), o leilão de concessão do canal de acesso aquaviário ao Porto de Paranaguá, o primeiro projeto de concessão desse tipo na história do Brasil.

A estimativa de investimento no projeto é de R\$ 1,2 bilhão, ao longo dos 25 anos da concessão, visando a administração e exploração da infraestrutura do acesso aquaviário, incluindo canais e bacias de evolução. O consórcio será responsável pela dragagem e ampliação do calado dos atuais 13,5 metros para 15,5 metros, o que vai permitir o acesso de navios de grande porte e ampliação da capacidade operacional do porto, elevando a movimentação de cargas e o escoamento da produção.

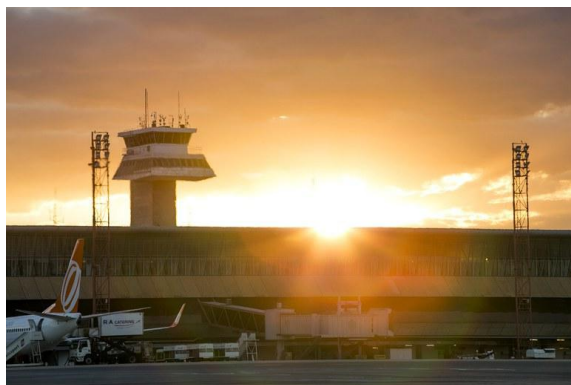
A iniciativa trará mais segurança, agilidade e permitirá a atracação de navios maiores, aumentando a capacidade e a competitividade do porto paranaense.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 24/10/2025

VOA BRASIL ATINGE 50 MIL RESERVAS

Plataforma agora permite acesso a aposentados do nível Bronze no site gov.br/voabrasil. Procura pelo Nordeste é o dobro da movimentação geral



Sem uso de recursos públicos, o programa oferece passagens aéreas de até R\$ 200 a aposentados do INSS que não viajaram nos últimos 12 meses - Foto: Divulgação

Voa Brasil, primeiro programa de inclusão social da aviação brasileira, atingiu nesta quinta-feira (23) 50 mil reservas efetuadas desde seu início, número suficiente para ocupar totalmente cerca de 350 aeronaves de passageiros. Sem uso de recursos públicos, o programa oferece passagens aéreas de até R\$ 200 a aposentados do INSS que não viajaram nos últimos 12

meses. As passagens são disponibilizadas pelas companhias aéreas em assentos ociosos e baixa temporada, exclusivamente pelo site gov.br/voabrasil.

A reserva número 50 mil, segundo levantamento do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), foi efetuada para o trecho São Paulo/Brasília e ocorreu por volta de meio dia. “Nosso objetivo sempre foi a inserção social, a ampliação do número de pessoas no transporte aéreo. E este é um número para se comemorar, pois estamos permitindo que pessoas que não voam há pelo menos um ano ou que nunca voaram tenham a oportunidade de rever parentes, conhecer seus netos ou simplesmente fazer turismo, o que acaba também movimentando a economia local”, afirmou o ministro Silvano Costa Filho.

Até o momento, o Voa Brasil movimentou 88 aeroportos de 86 cidades de todos os estados do país. Sudeste (43%) e Nordeste (40%) continuam sendo as regiões mais procuradas, com 20 e 21 municípios atendidos respectivamente. Centro-Oeste (8%), Sul (5%) e Norte (3%) completam a procura por região, movimentando respectivamente aeroportos de 9, 21 e 15 cidades.

“Na movimentação geral em 2024, o percentual de passageiros que procura o Nordeste é de 20%. Os números do Voa Brasil indicam que a região está sendo bem procurada pelos aposentados, pois

atinge 40% das reservas efetuadas”, comentou Daniel Longo, secretário Nacional de Aviação Civil, lembrando que recentemente houve uma alteração na segurança da plataforma que permitiu o acesso de aposentados do nível bronze, que até então não conseguiam efetuar suas reservas.

As 10 cidades mais procuradas pelos aposentados foram São Paulo (13.950 reservas), Rio de Janeiro (4.020), Recife (3.900), Brasília (3.291), Fortaleza (3.051), Salvador (2.957), Maceió (1.713), João Pessoa (1.709), Belo Horizonte (1.505) e Campinas (1.450).

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 23/10/2025

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

18º LEILÃO DE SUCESSO: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES CONCEDE MAIS UM LOTE DE RODOVIAS PARANAENSES À INICIATIVA PRIVADA



Com desconto de 21,3% sobre a tarifa de pedágio, Consórcio Infraestrutura PR irá administrar 627 quilômetros de estradas

Paranaenses ganham novo pacote de investimentos em infraestrutura com o leilão do Lote 4 de rodovias, que prevê R\$ 18,17 bilhões e melhorias em 627 quilômetros de estradas - Fotos: Marcio Ferreira/MT

A população paranaense novamente sai ganhando com o leilão realizado pelo Ministério dos Transportes nesta

quinta-feira (23), na B3, em São Paulo.

Com um desconto de 21,3% sobre a tarifa básica de pedágio, o Consórcio Infraestrutura PR arrematou o Lote 4 das Rodovias Integradas do Paraná e irá administrar um trecho de 627 quilômetros de estradas, que inclui as BRs 272/369/376 e as PRs 182/272/317/323/444/862/897/986. O contrato prevê investimentos de R\$18,17 bilhões ao longo dos próximos 30 anos.

“No passado, o paranaense pagava caro e não levava as obras. Era um trauma que existia no Paraná, mas estamos demonstrando o contrário. Quando as coisas são feitas com transparência e correção, existem condições de selecionar parceiros privados capazes de realizar o investimento a menores preços para o cidadão. Com esse leilão, simplesmente aumentamos a média de desconto, que chega a 52% em relação às tarifas pagas anteriormente”, afirmou o ministro Renan Filho.

Somando este leilão, já foram promovidos nesta gestão do Governo Federal 18 novos certames de rodovias, que trouxeram R\$200 bilhões em novos aportes da iniciativa privada para modernizar a infraestrutura nacional.

“É algo muito significativo, porque o país fez 24 leilões entre 1998 e 2022. E agora nós vamos terminar o ano com 22 leilões e fazer outros 14 no ano que vem. Significa dizer que nesses quatro anos nós teremos feito um volume de leilão maior do que o país fez desde o início das concessões lá no ano de 98, ainda no século passado”, detalhou o ministro dos Transportes.

Estradas para os piás

As obras nas estradas são esperadas pela população e pelo setor produtivo local, que aguardam melhores condições logísticas, tanto para o deslocamento de pessoas quanto para o transporte do

grande volume de mercadorias que circulam pela região. O Paraná é o segundo maior produtor de grãos do país.

A nova concessão foi elaborada em parceria com o Governo do Paraná e abrange corredores logísticos estratégicos, que interligam o Paraná a São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraguai. 39 cidades serão diretamente beneficiadas e 156 mil empregos gerados.



“Essa parceria proporcionará um novo patamar de mobilidade nas conexões regionais e interestaduais, beneficiando até a ligação internacional na fronteira com o Paraguai, com muito foco em segurança das viagens e em maior eficiência dos transportes”, afirmou José Carlos Cassaniga, diretor-presidente da EPR, empresa que integra o Consórcio Infraestrutura PR.

Na próxima semana será a vez do Lote 5 de rodovias paranaenses ser concedido à iniciativa privada. A série de leilões promovida pelo Governo Federal, em parceria com o governo estadual, se consolida como o maior programa de concessões rodoviárias da América Latina.

“A questão do assunto ‘pedágio’ no Paraná, de concessões, por muito tempo foi uma grande chaga no nosso estado. E aí nós construímos, com o Governo Federal, uma proposta para juntar as rodovias estaduais e federais, pela

primeira vez na história. Um modelo para atrair grupos que são respeitados, que têm capacidade financeira, que têm conhecimento técnico. E esse leilão de hoje é a comprovação de que é um modelo vencedor”, afirmou o governador do Paraná, Ratinho Junior.

Os investimentos em mais de 3 mil quilômetros de estradas do Paraná irão ultrapassar R\$60 bilhões, ao longo dos próximos 30 anos.

“No programa de concessões anterior, o Paraná recebeu cerca de R\$7 bilhões em investimentos. Com esses cinco leilões, são R\$96 bilhões, fora o que vai ser feito na semana que vem. É a maior agenda de infraestrutura da história do estado, que vai elevar o patamar do Paraná”, finalizou Renan Filho.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 23/10/2025

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES INICIA NOVO CICLO DE INOVAÇÃO REGULATÓRIA PARA CONCESSÕES SUSTENTÁVEIS

Em evento realizado nesta quinta (23), na B3, foram apresentados instrumentos para impulsionar a inovação e a sustentabilidade nas concessões de rodovias e ferrovias

O futuro sustentável da infraestrutura nacional foi tema de destaque da quinta edição do Infra Talks: conversas que pavimentam o futuro, realizada nesta quinta-feira (23), na sede da B3, em São Paulo. Durante o encontro, o Ministério dos Transportes apresentou os editais do sandbox regulatório para o Programa de Sustentabilidade para Infraestrutura (PSI), iniciativa que marca o início de um novo ciclo de inovação regulatória focado em eficiência, governança e redução dos impactos ambientais em rodovias e ferrovias.



Ministério dos Transportes discute implementação do Programa de Sustentabilidade para Infraestrutura em rodovias e ferrovias, com foco em inovação regulatória. - Foto: Marcio Ferreira/MT

“Estamos entregando o programa mais corajoso da infraestrutura brasileira no diálogo com a sustentabilidade, que oferece os melhores mecanismos disponíveis para mensuração e enfrentamento de riscos, abrindo uma avenida, uma ferrovia, uma hidrovía de possibilidades para ousar, agir de maneira antecipada e antecipar o futuro”, afirmou o

subsecretário de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes, Cloves Benevides.

Cooperação institucional

O sandbox regulatório é um ambiente controlado de testes com duração mínima de dois anos, que permite às concessionárias desenvolver e validar projetos e tecnologias sustentáveis, garantindo segurança jurídica e previsibilidade regulatória. O projeto visa fomentar a inovação regulatória e a adoção de práticas que aprimorem a eficiência operacional e reduzam os impactos ambientais no setor de infraestrutura.

“Este não é um programa de greenwashing, mas um conjunto de incentivos que vai além das exigências legais, combinando o fortalecimento da legislação com avanços importantes em inovação”, complementou a subsecretária de Fomento e Planejamento do Ministério, Gabriela Avelino.

No evento, foram discutidos, ainda, temas como inovação, regulação, ética, governança e resiliência climática nas concessões, reforçando a importância da colaboração entre poder público, setor privado e sociedade para construir uma infraestrutura mais verde e resiliente.

Infra Talks

Iniciativa do Ministério dos Transportes em parceria com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o Infra Talks reuniu especialistas, reguladores e agentes do mercado para debater inovações e políticas de longo prazo que visam deixar um legado positivo para o setor de transportes brasileiro, pavimentando novos caminhos para investimentos e desenvolvimento.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 23/10/2025

AUTOESCOLAS TERÃO SÉRIE DE BENEFÍCIOS COM PROJETO QUE BUSCA DEMOCRATIZAR ACESSO À CNH

Proposta do Ministério dos Transportes, aberta à contribuições da sociedade, simplifica regras, reduz custos e aumenta a competitividade no setor



Proposta do Ministério dos Transportes para democratizar acesso à CNH irá beneficiar autoescolas. - Foto: Michel Corvello/MT

Abrir e manter uma autoescola ainda é um desafio para empresários de todo o país. A burocracia excessiva e exigências rígidas, como tamanho das salas, número mínimo de funcionários e da frota de veículos, tornam a operação dessas instituições complexa e onerosa - custo que acaba sendo repassado aos alunos que buscam tirar a Carteira

Nacional de Habilitação (CNH).

A proposta do Ministério dos Transportes, de democratizar e facilitar o acesso à CNH, irá beneficiar não somente os 20 milhões de brasileiros excluídos do volante, mas também os proprietários das autoescolas. O objetivo é modernizar as regras de credenciamento e funcionamento, reduzindo, assim, os custos operacionais dos centros de formação.

AUTOESCOLAS NA NOVA PROPOSTA DA CNH + ACESSÍVEL		
Como é hoje → Como vai ficar		
Frota	Exigência de frota própria mínima.	Permite o uso de veículos próprios, locados ou compartilhados entre autoescolas da mesma unidade federativa.
Cursos	Autoescolas são obrigadas a oferecer curso teórico (45h) e prático (20h).	Autoescolas podem ofertar apenas aulas teóricas, práticas ou ambas, conforme o modelo de negócio.
Estrutura física	Exigência de metragem mínima de 1,2m² por aluno e 6m² para o instrutor.	Elimina as metragens mínimas e salas obrigatórias, mantendo apenas requisitos de acessibilidade.
Modelo de mercado	Instrutores só podem atuar vinculados às autoescolas.	Profissionais poderão atuar como autônomos, dentro das autoescolas ou ainda em ambos os modelos.
Formato das aulas	Aulas somente presenciais.	Formação adaptável, com cursos em formatos presencial ou EAD (síncrono e assíncrono).

Regras demais e preço alto

Atualmente, a Resolução do Conselho Nacional do Trânsito (Contran) nº 789/2020 impõe uma série de regras rígidas que, somadas, acabam aumentando o custo do serviço. A norma determina, por exemplo, que as salas de aula tenham metragem mínima específica por aluno - exatamente um metro quadrado e dois décimos -, e seis metros quadrados para o instrutor, padronização das carteiras e até regras sobre a identidade visual da fachada das unidades.

Outro fator que pesa é a frota obrigatória: atualmente cada autoescola deve possuir, no mínimo, dois veículos por categoria, todos com câmbio mecânico e duplo comando. A lista segue com a necessidade de estrutura administrativa informatizada e amplo quadro fixo de profissionais (diretor-geral, diretor de ensino e instrutores).

Além disso, hoje as autoescolas só podem oferecer aulas presenciais, com carga mínima de 45 horas e limite de alunos por turma.

Obrigações que criam um cenário de alto custo operacional, dificultando a entrada de novos empreendedores no setor e limitando a concorrência.

A proposta do Ministério dos Transportes flexibiliza essas e outras obrigações, beneficiando os empresários do setor. Todos estão convidados a contribuir com a construção do projeto, pelas plataformas Participa + Brasil e Brasil Participativo, onde a minuta de Resolução que detalha todos os pontos está disponível desde o dia 2 de outubro.

Fiscalização e qualidade

Com o projeto do Ministério dos Transportes, a fiscalização das autoescolas continua sob responsabilidade dos Departamentos de Trânsito (Detrans) estaduais e do Distrito Federal, que credenciarão as instituições desde que atendam às normas definidas.

Esses órgãos também serão responsáveis pelo acompanhamento, controle e avaliação das atividades de cada centro de formação, garantindo a qualidade e a segurança do processo formativo.

A desburocratização do processo para obtenção da CNH é, sobretudo, uma política de inclusão social. Ao reduzir custos e abrir o mercado, a iniciativa amplia o acesso dos brasileiros à habilitação e, com ela, à mobilidade, ao trabalho e à cidadania.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 23/10/2025



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – EM DEFESA DO ACORDO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O ineditismo do acordo laboral firmado entre a Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop) e as federações de trabalhadores portuários representa um avanço notável na relação capital-trabalho do setor. O consenso, oficializado em setembro, aborda temas sensíveis como classificação do trabalho, critérios de contratação e indenização, e foi concebido para ser um pilar da modernização da legislação portuária no Projeto de Lei n. 733/2025. O entusiasmo em relação a esse documento, manifestado inclusive pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvano Costa Filho, reflete a importância de um entendimento que uniu empresários e sindicalistas.

A manifestação contrária do presidente da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos (FPPA), deputado federal Paulo Alexandre Barbosa, durante a comissão especial, na última quarta-feira, dia 22, introduziu uma tensão no processo. Apesar da crítica, dirigentes de associações empresariais, como a Associação Brasileira de Terminais de Contêineres (Abratec) e a Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), saíram em defesa da validade e dos termos do memorando, ressaltando o caráter legítimo e a importância dos avanços alcançados.

O cerne da questão reside na importância do acordo firmado entre a Fenop e as federações de trabalhadores. Trata-se de um consenso construído por quem vive a realidade do porto, o que confere ao documento uma legitimidade ímpar. O presidente da Fenop, Sérgio Aquino, o diretor-executivo da Abratec, Caio Morel, e o presidente da ABTP, Jesualdo Silva, reiteraram que o texto é fruto de uma negociação legítima, aprovada por sindicatos e federações, e que traz avanços significativos, como a indenização e a possibilidade de o profissional atuar em diferentes portos. Esse entendimento, que resolve um nó histórico da regulação portuária, é crucial para que o PL 733 avance com a celeridade que o setor exige.

É fundamental destacar a importância da Câmara e do Senado de debater as propostas de lei e buscar melhorá-las. Esse é o papel constitucional do Legislativo: aprimorar o texto e garantir que ele atenda aos interesses mais amplos do País. No entanto, deve-se reconhecer que esse acordo foi obtido a partir de um consenso entre empresários e trabalhadores e, portanto, é legítimo e pode ser aproveitado no texto do projeto de lei. Desconsiderar o consenso estabelecido entre as partes mais diretamente afetadas seria um retrocesso, que poderia prejudicar o processo legislativo.

O PL 733 é a oportunidade de dar segurança jurídica e eficiência à atividade portuária. O acordo laboral, por resolver a questão mais sensível da reforma, deve ser visto como um atalho para a aprovação da nova lei. O Congresso tem o dever de examinar o texto com rigor, mas deve valorizar o esforço de conciliação que pavimentou o caminho para a modernização.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 24/10/2025

NACIONAL - HUB – CURTAS - SILVIO COSTA FILHO CONFIRMA INTENÇÃO DE DISPUTAR O SENADO POR PERNAMBUCO EM 2026

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

ELEIÇÕES 2026

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvano Costa Filho (Republicanos), reiterou sua intenção de concorrer ao Senado por Pernambuco nas eleições de 2026. No entanto, afirmou que a candidatura exige alinhamentos políticos, inclusive com o Governo Federal. “Nosso projeto é disputar o Senado em 2026, mas uma eleição não depende apenas de um desejo pessoal, mas sim de um conjunto de fatores”, declarou Costa Filho, que é deputado federal licenciado, à imprensa, em São Paulo. A declaração foi feita nesta quarta-feira (22), após uma série de leilões portuários na sede da B3.

TRABALHO, TRABALHO, TRABALHO

Questionado se abriria mão da pré-candidatura caso o presidente Luiz Inácio Lula da Silva solicitasse, o ministro afirmou que o tema será discutido com o petista no momento adequado. Costa Filho mencionou o prazo de desincompatibilização eleitoral, reforçando que, até abril do próximo ano, seu foco é “trabalhar muito de domingo a domingo, fazer o País andar e entregar o que o Brasil precisa”.

APOIO A JOÃO CAMPOS

Sobre a disputa pelo governo de Pernambuco, o ministro confirmou que estará ao lado do prefeito do Recife, João Campos (PSB), que é pré-candidato. “Nós estamos juntos construindo uma aliança no Estado”, concluiu. O ministro falou ao lado do governador do Paraná, Ratinho Junior.

EMPATE TÉCNICO ENTRE RENAN FILHO E JHC

A corrida eleitoral pelo Governo de Alagoas está tecnicamente empatada entre o atual prefeito de Maceió, João Henrique Caldas (PL), conhecido como JHC, e o ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB), segundo levantamento realizado pelo Instituto Paraná Pesquisas, divulgado nessa quarta-feira, dia 22.

QUATRO PONTOS DE DIFERENÇA

Caso JHC decida se candidatar, ele teria a intenção de voto de 46,3% dos eleitores, seguido por Renan Filho, com 42,1%. Os dois estão dentro da margem de erro da pesquisa, que é de 2,6 pontos percentuais. Entre os entrevistados, 7% declararam que votariam em branco ou nulo, e 4,6% não souberam ou não opinaram. A pesquisa entrevistou 1.504 eleitores em Alagoas entre os dias 17 e 21 de outubro de 2025. O levantamento possui um nível de confiança de 95%.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 24/10/2025

NACIONAL - CONSÓRCIO INFRAESTRUTURA ARREMATOU LEILÃO DO LOTE 4 DAS RODOVIAS DO PR

Grupo ofertou melhor desconto sobre tarifa de pedágio; pacote abrange 11 rodovias e investimentos de mais de R\$ 18 bilhões

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Representantes dos governos federal e estadual e do consórcio vencedor posam para a tradicional foto de bada do martelo na B3: o contrato de concessão é válido por 30 anos

O Consórcio Infraestrutura PR, formado pelas empresas EPR e Perfin, arrematou o leilão do Lote 4 das rodovias do Paraná, em certame realizado na quinta-feira (23) na B3, em São Paulo. A disputa do lote envolveu grande concorrência, com quatro empresas habilitadas, e o vencedor definido após as ofertas em viva-voz.

O critério inicial para a definição do vencedor foi de maior valor de desconto da tarifa do pedágio. Na abertura dos envelopes, o Consórcio Infraestrutura e a Reune Rodovias Holding fizeram as melhores propostas - 18,52% e 21,20%, respectivamente. As empresas Mota-Engil (6,23%) e Motiva (9,14%) também participaram, mas ficaram de fora da etapa seguinte do leilão. Nos lances em viva-voz, a Consórcio Infraestrutura aumentou sua oferta para 21,30%, enquanto que a Reune Rodovias Holding não fez novas ofertas.



O Lote 4 abrange três rodovias federais (BR-272, BR369 e BR-376) e oito estaduais (PR-182, PR-272, PR-317, PR323, PR-444, PR-862, PR-897 e PR-986). Segundo o Governo do Paraná, o Lote passa pelas regiões Oeste, Noroeste e Norte do Paraná.

Segundo divulgado pelo Ministério dos Transportes, o investimento previsto no contrato de concessão é de R\$ 18,17 bilhões. Entre as melhorias previstas são 231,96 quilômetros de duplicações, 87,11 km de faixas adicionais, 59,13 km de contornos, 39,59 km de vias marginais, 117 obras de arte especiais (viadutos e pontes), 39 passarelas para pedestres e 33,92 km de ciclovias, entre outras.

O contrato de concessão é válido por 30 anos. O Ministério esma que as obras vão beneficiar 39 municípios paranaenses, além de criar 156 mil postos de trabalho.

Presente no leilão, o ministro dos Transportes, Renan Filho, destacou as melhorias previstas para as rodovias paranaenses.

“No passado, o paranaense pagava caro e não levava as obras. Era um trauma que existia no Paraná, mas estamos demonstrando o contrário. Quando as coisas são feitas com transparência e correção, existem condições de selecionar parceiros privados capazes de realizar o investimento a menores preços para o cidadão. Com esse leilão, simplesmente aumentamos a média de desconto, que chega a 52% em relação às tarifas pagas anteriormente”, afirmou.

O governador do Paraná, Ranho Júnior (PSD), enfatizou a importância dos descontos em pedágios nas rodovias paranaenses e celebrou o resultado do leilão com grande concorrência de empresas interessadas.

“Montamos um modelo que deu certo, e a prova está aqui, com a importância das empresas que participaram, resultando em grandes descontos para o povo do Paraná. O assunto pedágio no Paraná foi, por muito tempo, uma grande chaga no nosso Estado e, infelizmente, usado de forma demagógica e mentirosa com o povo. Era uma concessão feita lá em 1997, e eu mesmo lembro de como era pagar alguns dos pedágios mais caros do Brasil, sem ver as obras acontecendo e com rodovias em pista simples”, disse.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 24/10/2025

NACIONAL - CONCESSÕES RODOVIÁRIAS DO PARANÁ VÃO GERAR R\$ 60 BI EM INVESTIMENTOS

A parceria entre Governo Federal e o Governo do Paraná dividiu as concessões rodoviárias em seis lotes, sendo que cinco deles já foram leiloados. O último pacote de rodovias será leiloado no próximo dia 30 de outubro, também na sede da Bolsa de Valores de São Paulo.

O edital do Lote 5 contempla 430,7 quilômetros de rodovias nas regiões Oeste e Noroeste, com previsão de R\$ 11,7 bilhões em investimentos e 238 quilômetros de duplicações.

As seis concessões do programa rodoviário do Paraná têm prazo de 30 anos a partir da assinatura dos contratos, com investimentos que ultrapassam R\$ 60 bilhões, sendo considerado o maior programa rodoviário da América Latina. Ao todo, são 3,3 mil quilômetros de estradas, sendo 1,1 mil quilômetros de rodovias estaduais e 2,2 mil de rodovias federais.

“No programa de concessões anterior, o Paraná recebeu cerca de R\$7 bilhões em investimentos. Com esses cinco leilões, são R\$96 bilhões, fora o que vai ser feito na semana que vem. É a maior agenda de infraestrutura da história do estado, que vai elevar o patamar do Paraná”, comentou Renan Filho.

Os dois primeiros lotes estão em operação desde janeiro de 2024. O Lote 1 é operado pelo Grupo Pátria, com investimento previsto de R\$ 7,9 bilhões, e o Lote 2, pelo Grupo EPR, com R\$ 10,8 bilhões em obras. Já os Lotes 3 e 6 tiveram seus contratos iniciados em abril deste ano, sendo o Lote 3 gerido pelo Grupo Mova (antiga CCR S.A.) e o Lote 6, também pelo Grupo EPR.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 24/10/2025

NACIONAL - PORTO SUDESTE E SAMARCO VENCEM O PRÊMIO ATP 2025

Associação de Terminais Portuários Privados reconhece iniciativas de inovação e impacto social em cerimônia que marcou o 12º Encontro ATP, em Brasília

Por **ALINE BECKETTY** redacao.jornal@redenenews.com.br



“A Codeba tem portos de médio porte e poderá dar um maior apoio neste momento ao Porto de Itajaí”, disse o ministro Silvano Costa Filho durante o leilão de blocos portuários

A Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) anunciou, na quinta-feira (23), os vencedores da terceira edição do Prêmio ATP, em cerimônia realizada no Clube Naval, em Brasília. O Porto Sudeste, de Itaguaí (RJ), foi o vencedor na categoria Inovação Tecnológica

Portuária, enquanto a Samarco Mineração conquistou o primeiro lugar em Impacto Social Portuário.

Criado em 2023, o prêmio é o primeiro do país voltado exclusivamente a projetos desenvolvidos por portos privados brasileiros, incluindo terminais de uso privado (TUP), estações de transbordo de carga (ETC), instalações portuárias de turismo (IPTur) e unidades de armazenamento e regaseificação flutuante (FSRU). A edição de 2025 recebeu um número recorde de 53 inscrições, o que, segundo o presidente da entidade, Murillo Barbosa, demonstra o amadurecimento do setor.

“O recorde de inscrições no Prêmio ATP reflete o compromisso dos portos privados com a inovação, a sustentabilidade e a eficiência operacional, além do investimento em ações sociais alinhadas às melhores práticas do setor”, afirmou o dirigente, lembrando que a associação representa 73 terminais privados em todo o país, atuantes em segmentos como agronegócio, mineração, siderurgia, petróleo e gás, contêineres e complexos logísticos.

Na categoria Inovação Tecnológica Portuária, o Porto Sudeste foi reconhecido pelo projeto “Derrocagem subaquática com fio diamantado”, técnica inédita de corte de rocha que reduz ruídos, vibrações e turbidez da água. A metodologia permitiu manter a operação portuária durante as obras, aumentando a eficiência e a competitividade do terminal.

O Porto Itapoá (SC) ficou em segundo lugar, com o projeto “Otimização de movimentos produtivos”, que utilizou inteligência artificial para prever o tempo de permanência de contêineres de importação e reduzir remoções desnecessárias. A solução superou as expectativas: em 22 meses, evitou a movimentação de 29 mil contêineres e gerou economia de R\$1,3 milhão.

O Porto do Açu (RJ) conquistou o terceiro lugar, com o projeto “Coletivo de Ações em Inovação e Sustentabilidade (Cais)”, voltado à criação de um ecossistema de pesquisa, desenvolvimento e inovação no complexo porto-indústria. Com foco em transição energética, transformação digital e novos negócios, o Cais tornou-se referência nacional e internacional em inovação portuária.

Na categoria Impacto Social Portuário, a Samarco Mineração foi premiada pelo projeto “Maré de Sorte”, que capacitou marisqueiras e pescadores de Ubu, Para e Meápe (ES). A iniciativa promoveu



formalização da pesca artesanal, inclusão social e sustentabilidade, com cursos sobre boas práticas, educação ambiental e entrega de equipamentos de trabalho.

O segundo lugar foi concedido à Hidrovias do Brasil, pelo projeto “Capacitação de jovens”, voltado à formação técnica e comportamental de jovens em situação de vulnerabilidade. Com mais de 200 participantes, o programa é alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 8 e 11, relacionados ao trabalho decente e ao fortalecimento das comunidades portuárias.

A Edge conquistou o terceiro lugar com o projeto “Culinária caiçara na Baixada Santista: valorização da pesca artesanal e cultura tradicional”, desenvolvido com comunidades pesqueiras locais. O trabalho resultou em um livro de receitas com pescados regionais e relatos das comunidades, alcançando mais de duas mil pessoas e promovendo a preservação da cultura caiçara.

Confira os vencedores:

Categoria: Inovação Tecnológica Portuária

1º Lugar: Porto Sudeste

Projeto: Derrocagem subaquática com fio diamantado

2º Lugar: Porto Itapoá

Projeto: Otimização de movimentos produtivos

3º Lugar: Porto do Açu

Projeto: Coletivo de Ações em Inovação e Sustentabilidade (Cais)

Categoria: Impacto Social Portuário

1º Lugar: Samarco Mineração

Projeto: Maré de sorte

2º Lugar: Hidrovias do Brasil

Projeto: Capacitação de jovens

3º Lugar: Edge

Projeto: Culinária caiçara na Baixada Santista

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 24/10/2025

NACIONAL – INOVAÇÃO E INTEGRAÇÃO PAUTAM DEBATES DE ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO

A inovação como eixo do desenvolvimento portuário foi o tema central do 12º Encontro da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), realizado em Brasília (DF). O evento reuniu autoridades, representantes do governo federal e executivos do setor para discutir desafios logísticos, o perfil de carga do país e estratégias para ampliar a competitividade dos portos brasileiros.

O diretor-presidente da ATP, Murillo Barbosa, destacou que a inovação é essencial para o futuro do setor. “Nós não vamos conseguir sobreviver e ser competitivos se não trouxermos a inovação pra dentro do setor portuário. Temos vários cases dentro de nossos associados que têm trazido produtos muito ricos. Então, é extremamente essencial para o setor portuário”, afirmou.

O presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI), Mário Povia, reforçou que tecnologia e desburocratização são fundamentais para impulsionar a produtividade. “Além de trazer outros benefícios como descarbonização e automação, traz produtividade. A dificuldade que nós temos hoje de pro ver novas infraestruturas no setor portuário é grande, seja pela burocracia, pelo licenciamento

ambiental demorado ou pela regularização fundiária. É através da tecnologia, da inovação e do treinamento que vamos superar isso”, disse.

O diretor-geral da Antaq, Alber Vasconcellos, ressaltou que a inovação é também uma ferramenta regulatória. “Até numa questão regulatória, esse tema é muito caro pra uma agência. Quando a gente fala em inovar, é buscar novas ideias”, afirmou. Ele também defendeu maior integração entre os portos e a malha logística nacional. “Não adianta discutir novos portos sem acessos. Temos que olhar para a ferrovia, para o modal hidroviário e fomentar ainda mais a cabotagem.”

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 24/10/2025

NACIONAL - GOVERNO OFICIALIZA OTIMIZAÇÃO DE CONTRATO PARA AMPLIAR RODOVIA

Fernão Dias receberá R\$ 15 bi para melhorias logísticas entre Belo Horizonte e São Paulo; leilão será realizado em dezembro

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Se o Brasil vesse que escolher o triângulo rodoviário mais importante do país, certamente seria aquele formado pela Fernão Dias”, declarou o ministro dos Transportes, Renan Filho

Os termos do novo contrato de concessão de uma das principais rodovias do país, a Fernão Dias (BR-381/MG/SP), foram oficializados na quarta-feira (22) pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, e pelo presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo. O leilão está previsto para dezembro deste ano.

A iniciava integra a Política de Otimização de Contratos de Concessão do Ministério dos Transportes, que promove o reequilíbrio contratual de trechos que enfrentam dificuldades financeiras, condição que compromete a realização de obras de expansão e melhorias. A expectativa é atrair mais de R\$ 110 bilhões em investimentos logísticos até o fim do mandato do atual governo.

“Se o Brasil vesse que escolher o triângulo rodoviário mais importante do país, certamente seria aquele formado pela Fernão Dias. Não fazia sentido realizar novos leilões concessão sem antes resolver os problemas dos contratos antigos. Seria como tentar negociar algo sem viabilidade, vender o que não tem demanda ou que já levou outras empresas à falência no passado”, afirmou o ministro Renan Filho.

A viabilização do certame é fruto do trabalho conjunto entre o Ministério dos Transportes e a Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual (Secex-Consenso) do TCU, que ajustaram os acordos com a iniciava privada nas melhores condições para garantir segurança jurídica e atratividade.

“Pegamos os novos parâmetros, prazos, tarifas e obras e levamos à Bolsa de Valores. Perguntamos à iniciava privada se alguém oferece uma proposta mais vantajosa do que a otimização que estamos apresentando junto à concessionária”, detalhou Renan Filho.

“Todos os contratos analisados na Secex-Consenso apresentavam problemas, sejam orçamentários, de equilíbrio econômico-financeiro ou de descumprimento contratual. Estamos, digamos assim, varrendo esse entulho de contratos que estavam hibernando e gerando judicialização eterna, sem retorno algum para o cidadão brasileiro, que continuava pagando pedágio caro sem ter infraestrutura”, destacou o presidente do TCU, ministro Vital do Rêgo.

Triângulo rodoviário

Com 569 quilômetros de extensão, a Fernão Dias é parte de um conjunto de rodovias que conecta as três maiores cidades do Brasil. Atualmente operado pela concessionária Arteris, o trecho liga Belo Horizonte (MG) a São Paulo (SP), passando por 33 municípios e registrando tráfego médio superior a 61 mil veículos por praça, sendo 37% desse volume composto por caminhões, evidenciando o papel estratégico do corredor logístico para a economia e a mobilidade entre os dois principais polos do Sudeste.

“O PIB da região estava travado devido a acidentes e à precariedade da infraestrutura. Agora, serão adicionados 108 quilômetros de faixas adicionais, além de faixas laterais. Todo esse trabalho é resultado direto das ações do Ministério dos Transportes, sob a coordenação da pasta. Essa é a missão: propor soluções, entender que cada parte fará o possível e que, mesmo sem atingir o ideal, construiremos uma nova realidade para o Brasil”, celebrou o ministro Vital do Rêgo.

Após a otimização, o novo contrato será válido até 2040, com mais de R\$ 15 bilhões em investimentos e um cronograma de intervenções estabelecido para os próximos dez anos. Dentro do programa de renegociações, esta é terceira de 15ª concessões que serão repactuadas pelo Governo Federal.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 24/10/2025

NACIONAL - REGIÃO SUDESTE MOVIMENTA 7 MILHÕES DE PASSAGEIROS EM SETEMBRO

Guarulhos e Congonhas concentram dois terços do movimento regional, com mais de 4,5 milhões de embarques e desembarques

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



No acumulado do ano, a região já movimentou cerca de 44,5 milhões de passageiros domésticos, o equivalente a 60% do total nacional registrado pela Anac até setembro

A aviação civil da região Sudeste transportou mais de 7 milhões de passageiros domésticos em setembro de 2025, um crescimento de 4% em relação ao mesmo mês do ano anterior, segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). O resultado confirma a estabilidade do setor e o papel estratégico da região, que segue responsável

por cerca de 60% dos embarques e desembarques domésticos do país.

Os aeroportos de Guarulhos e Congonhas, em São Paulo, continuam à frente no ranking regional, com 2,5 milhões e 2 milhões de passageiros, respectivamente. Juntos, concentram quase dois terços do movimento total do Sudeste. Também se destacaram Viracopos, em Campinas (SP), com mais de 1 milhão de embarques e desembarques, e Confins (MG), que manteve estabilidade e contribuiu para o equilíbrio da malha aérea regional. No Rio de Janeiro, o Galeão movimentou pouco mais de 1 milhão de passageiros domésticos, enquanto o Santos Dumont registrou cerca de 494 mil embarques e desembarques, mantendo participação relevante no fluxo regional.

No acumulado do ano, a região já movimentou cerca de 44,5 milhões de passageiros domésticos, o equivalente a 60% do total nacional registrado pela Anac até setembro.

O Sudeste abriga os principais hubs do transporte aéreo brasileiro e responde pela maior parte das conexões entre capitais e cidades do interior. Guarulhos responde por 36% de todo o movimento do

Sudeste, seguido por Congonhas (28%), Campinas (14%) e Confins (15%). A distribuição reforça o equilíbrio operacional entre os principais terminais da região.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou que o desempenho do Sudeste reflete um cenário de amadurecimento e expansão equilibrada da aviação. Segundo ele, a região demonstra capacidade de crescimento sustentado, com maior distribuição do tráfego entre os principais terminais.

No consolidado do terceiro trimestre, a região manteve variação positiva moderada, com crescimento de cerca de 3,5% em relação ao mesmo período de 2024. Entre julho e setembro, foram movimentados aproximadamente 21 milhões de passageiros domésticos, resultado que reforça a continuidade do fluxo de viagens e a estabilidade do setor ao longo do ano.

No Rio de Janeiro, o Galeão apresentou leve aumento de movimento doméstico no trimestre, enquanto o Santos Dumont manteve fluxo estável, acompanhando a tendência de equilíbrio observada na região.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 24/10/2025

NACIONAL - ACORDO ENTRE BRASIL E INDONÉSIA AMPLIA PARCERIA EM ENERGIA E MINERAIS

Memorando assinado pelo ministro de Minas e Energia prevê cooperação técnica, troca de informações e estímulo a novos investimentos

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A assinatura ocorreu no mesmo dia em que os dois países divulgaram comunicado conjunto sobre o progresso da parceria bilateral, por ocasião da visita do presidente Lula à Indonésia

Os governos do Brasil e da Indonésia assinaram, nesta quinta-feira (23), em Jacarta, memorando de entendimento para fortalecer a cooperação bilateral nos setores de energia e mineração. O documento foi assinado pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e prevê ações conjuntas nas áreas de petróleo e gás, energias renováveis, eficiência energética, modernização de redes elétricas e sustentabilidade mineral. O

acordo contempla ainda a troca de informações sobre políticas e regulamentações setoriais, cooperação técnica e estratégica, desenvolvimento tecnológico e estímulo a parcerias entre entidades empresariais e governamentais para prospectar novos negócios e investimentos.

Segundo Silveira, o entendimento representa um passo concreto na consolidação da parceria entre os dois países. “Estamos transformando esse diálogo em realidade, ao avançarmos na formalização desse memorando. É um atestado prático de que nossas economias são complementares e de que as alianças no setor de Minas Energia são vastas e mutuamente benéficas, permitindo que trabalhemos juntos integrando nossas cadeias produtivas”, afirmou.

O ministro destacou também o papel dos biocombustíveis como vetor comum entre Brasil e Indonésia, citando o programa de mistura de biodiesel no diesel indonésio, atualmente em 35%. “Vemos os biocombustíveis como o caminho rápido para o futuro limpo. Mas o Brasil também está, hoje, no centro das atenções internacionais pelo seu elevado potencial na produção de minerais críticos e estratégicos. O memorando estabelece a cooperação em recursos minerais e sustentabilidade no setor. Reforço para que os investidores indonésios conheçam as oportunidades oferecidas pelo Brasil. Temos uma economia em crescimento, sustentável e com resultados sociais”, concluiu.

A assinatura ocorreu no mesmo dia em que os dois países divulgaram comunicado conjunto sobre o progresso da parceria bilateral, por ocasião da visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Indonésia. O documento reafirma o interesse mútuo em ampliar a cooperação em temas econômicos e ambientais e menciona o potencial de sinergia nas áreas de agronegócio, defesa, energia, mineração, saúde e turismo.

O texto destaca a convergência entre Brasil e Indonésia em temas como transição energética, biocombustíveis, enfrentamento das mudanças climáticas e proteção de oceanos e florestas tropicais. Também enfatiza o compromisso com o fortalecimento da cooperação Sul-Sul e com uma “ordem internacional justa e inclusiva, baseada no direito internacional”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 24/10/2025

NACIONAL - APÓS CRÍTICAS DE DEPUTADO, SETOR PORTUÁRIO DEFENDE ACORDO CAPITAL-TRABALHO

Manifestações ocorreram menos de 24 depois de o presidente da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos afirmar ser contra o acordo firmado entre empresários e trabalhadores

Da Redação redacao.jornal@redebeneuws.com.br



Durante sessão da comissão especial de deputados que debate o PL 733, Barbosa afirmou que, “do jeito que está hoje esse acordo, a gente tem que ser objetivo, eu sou contra”

Dirigentes de associações empresariais portuárias saíram em defesa do inédito acordo sobre questões laborais firmado entre a Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop) e as federações de trabalhadores portuários. As manifestações ocorreram nessa

quinta-feira, dia 23, um dia após o presidente da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos (FPPA), deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP), ter afirmado ser contra o acordo, explicando que ele poderia trazer mais ganhos para os trabalhadores.

AS MANIFESTAÇÕES OCORRERAM NESSA QUINTA-FEIRA, DIA 23, UM DIA APÓS O PRESIDENTE DA FRENTE PARLAMENTAR DE PORTOS E AEROPORTOS (FPPA), DEPUTADO FEDERAL PAULO ALEXANDRE BARBOSA (PSDB-SP), TER AFIRMADO SER CONTRA O ACORDO, EXPLICANDO QUE ELE PODERIA TRAZER MAIS GANHOS PARA OS TRABALHADORES.

O memorando com as propostas laborais aprovado pelas federações foi oficializado no último dia 2 de setembro, trazendo um consenso inédito sobre temas da relação capital-trabalho. Entre os pontos citados no texto, estão definições e classificações do trabalho portuário, certificação dos trabalhadores, critérios de contratação com vínculo empregatício e regras para negociação coletiva e indenização dos profissionais

A ideia é que esses termos, por terem o apoio de empresários e sindicalistas trabalhistas, fossem aproveitados na versão final do Projeto de Lei n. 733, de 2025, atualmente em debate na Câmara dos Deputados e que vai estabelecer um novo marco regulatório para o setor.

O documento chegou a ser elogiado pelo ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho (Republicanos). Na época da apresentação do texto, ele destacou que “este é um trabalho coletivo



(do setor empresarial e do laboral) em que todos nós ganhamos. Ganha o Brasil com esse entendimento. Cada vez mais eu tenho admiração pelo setor portuário brasileiro, pois é um setor que gera emprego, gera renda e movimenta a economia. Este momento vai ficar marcado na história do setor portuário brasileiro”.

Na quarta-feira, durante sessão da comissão especial de deputados que debate o PL 733, Barbosa afirmou que, “do jeito que está hoje esse acordo, a gente tem que ser objetivo, eu sou contra”. Em seguida, disse que “há espaço (no memorando) para dialogar, para melhorar, para evoluir”. O parlamentar ainda citou que “ninguém é obrigado a incluir o acordo no relatório final”.

A fala do presidente da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos (FPPA) foi transmitida pelo canal da Câmara no Youtube. De imediato, trechos da fala de Barbosa começaram a circular entre empresários portuários e lideranças do segmento.

Em menos de 24 horas, dirigentes de associações de terminais e operadores portuários passaram a se manifestar em defesa do acordo. Principal articulador do memorando, o presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop, que reúne os sindicatos dos operadores portuários), Sérgio Áquino, destacou que o memorando foi um trabalho de negociação “legítimo” entre o setor empresarial e o dos trabalhadores. “Todos tinham suas demandas, que foram negociadas. Conseguimos um consenso nesses termos, que são muito positivos, avançando em várias questões laborais. E tudo foi aprovado por sindicatos e pelas federações envolvidas. É um acordo válido e que está man- do entre as partes”, explicou.

“Negociação legítima”

O diretor-executivo da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec), Caio Morel, enfatizou a importância do memorando firmado, pelos avanços em questões operacionais. E afirmou que “respeita a manifestação do deputado, mas acredito no acordo que foi firmado. Foi uma negociação legítima entre as federações (laborais e empresariais) e inédita, importante para os trabalhadores, o setor empresarial e para o segmento portuário. Por isso, defendemos que suas propostas sejam incluídas no novo marco regulatório”.

Também em defesa do acordo, o presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Silva, declarou que “a Câmara é o lugar legítimo para que acordos como esse sejam discutidos e o deputado (Paulo Alexandre Barbosa) tem o direito legítimo de ter seu entendimento”. Mas defendeu as propostas que constam do memorando. “Os termos desse acordo foram aprovados pelas federações trabalhistas, que trataram disso com seus sindicatos em todo o Brasil, e pela Fenop. E trouxe avanços significativos, como a indenização dos trabalhadores, a possibilidade dele poder trabalhar em qualquer porto do País (hoje, o profissional só pode atuar no porto em que está cadastrado). Tenho certeza que é o melhor acordo que poderíamos obter”.

Silva ainda destacou que “a ABTP respeita o posicionamento de cada deputado”, mas “confiamos na importância do acordo”.

O deputado federal Paulo Alexandre Barbosa foi procurado pela reportagem. Segundo sua assessoria, a crítica feita pelo parlamentar foi no sentido de defender melhorias para os trabalhadores no acordo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 24/10/2025

NACIONAL - MINISTRO SE REUNIRÁ COM TCU PARA DEFINIR CRONOGRAMA DO LEILÃO DO TECON SANTOS 10

Silvio Costa Filho destacou que intenção do Governo Federal é realizar o certame do futuro terminal em dezembro deste ano

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebenews.com.br



O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho enfatizou que o ministério dará sequência à licitação do projeto seguindo todas as recomendações do Tribunal de Contas

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, afirmou que vai se reunir na próxima semana com o ministro Antônio Anastasia, do Tribunal de Contas da União (TCU), para que seja apresentado um cronograma da Corte referente à análise do Tecon Santos 10, futuro megaterminal de contêineres projetado para o Porto de Santos. Costa Filho

destacou que a pasta pretende realizar o leilão da área ainda neste ano.

Na quarta-feira (22), durante participação no segundo leilão de blocos portuários de 2025, na B3, em São Paulo, o ministro deu atualizações a respeito do processo licitatório do projeto que prevê o maior terminal de contêineres da América do Sul.

Em seu discurso após o leilão da concessão do canal de acesso do Porto de Paranaguá, Costa Filho destacou que o Governo Federal espera retornar à Bolsa de Valores no mês de dezembro para a licitação do Tecon Santos 10.

"Nós estamos marcando, junto ao secretário Alex Ávila, uma visita ao ministro Antônio Anastasia, do TCU, um quadro qualificado e estudado de todo o processo. A gente espera na próxima semana fazer essa visita, onde possamos ter um cronograma que o TCU venha a apresentar e quando, efetivamente, deve estar apresentando seu relatório final. Todo nosso esforço é que ainda esse ano, entre 15 e 22 de dezembro, a gente possa fazer o leilão do Tecon 10. Um terminal muito estratégico", destacou Costa Filho.

O ministro de Portos enfatizou que o ministério dará continuidade com a licitação do projeto seguindo todas as recomendações do Tribunal de Contas.

"Não tem uma data limite para a deliberação do TCU. Estamos com todos esforços para poder realizar o leilão ainda este ano, como também estamos avançando em outros leilões, que estamos precificando para os próximos seis meses", disse.

Modelagem

O modelo de concorrência pública definido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) define o leilão dividido em duas etapas, a fim de evitar concentração de mercado. Na primeira etapa, armadores que já possuem concessão de terminais no porto não poderiam participar. Caso não haja interessados, uma segunda etapa seria aberta e permitiria a participação dessas empresas.

Em parecer enviado ao Tribunal de Contas, assinado pelo secretário nacional de Portos, Alex Ávila, o Ministério de Portos e Aeroportos se posicionou favorável ao modelo com restrições para a concessão do avo portuário.

Ávila disse que a pasta vai respeitar os prazos de publicação da Corte de Contas e minimizou possíveis riscos sobre uma eventual judicialização do processo.

"Primeiro, que nós não vemos controvérsia sobre a modelagem, vemos opiniões, todas elas legítimas, nos quais respeitamos. Nós emitimos a nossa e vamos seguir a orientação do ministro Silvio em obedecer às recomendações do Tribunal de Contas. Nós avaliamos que a judicialização é um direito de quem interesse no processo, mas não verificamos como um risco, e sim como uma possibilidade natural de todos os leilões que fazemos", comentou.

O projeto



O Tecon Santos 10 promete se tornar o maior arrendamento portuário em volume de investimentos já previsto no Brasil. O megaterminal, projetado para aumentar em até 50% a movimentação de contêineres no Porto de Santos, busca atender à crescente demanda do setor.

O investimento esmado é de R\$ 6,45 bilhões, com capacidade para movimentar até 3,5 milhões de TEU — unidade padrão equivalente a um contêiner de 20 pés — por ano.

O projeto prevê quatro berços de atracação, aptos a receber os maiores navios em operação no mundo, e deve gerar mais de 3 mil empregos diretos, desde a fase de obras até o início das atividades.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 24/10/2025

REGIÃO SUDESTE - PORTO DE SANTOS TERÁ NOVA SELEÇÃO PARA 300 VAGAS NA CAPATAZIA

Processo do Ogmo-Santos começa após convenção entre Sopesp e Sintraport e prevê mais 300 nomes em lista de espera

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

O Órgão de Gestão de Mão de Obra do Trabalho Portuário do Porto Organizado de Santos (Ogmo-Santos) publica nesta sexta-feira (24) o edital do novo processo seletivo privado para inscrição de trabalhadores portuários avulsos da categoria capatazia, representada pelo Sindicato dos Operários e Trabalhadores Portuários em Geral nas Administrações dos Portos e Terminais Privativos e Retroportos do Estado de São Paulo (Sintraport). Serão 300 vagas imediatas e outras 300 para lista de espera.

A seleção foi viabilizada a partir da assinatura de uma Convenção Coletiva de Trabalho entre o Sintraport e o Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp). Todo o processo será conduzido pelo Instituto de Desenvolvimento e Capacitação (IDCAP), entidade especializada na organização de processos seletivos privados e concursos públicos. Segundo o diretor executivo do Ogmo - Santos, Evandro Schmidt Pause, o novo certame representa mais um passo na renovação do quadro de trabalhadores portuários avulsos.

“Parabenizamos o Sopesp e o Sintraport pela assinatura dessa importante convenção, que vai proporcionar a oxigenação do sistema. Este processo seletivo é a continuidade de um trabalho iniciado em 2022, com editais para as categorias de consertadores, bloco, estiva e capatazia/Sindogeesp. Com este novo processo, terão sido abertas 880 vagas imediatas, equivalente a um incremento de aproximadamente 20% do quadro total de trabalhadores avulsos inscritos no Ogmo Santos”, afirmou.

A exemplo dos processos anteriores, a seleção incluirá diversas etapas: prova objetiva, teste físico, avaliação psicológica, apresentação de documentos e comprovação de requisitos, exame médico e curso de formação profissional portuária.

Podem se candidatar homens e mulheres com mais de 18 anos e Ensino Fundamental completo, entre outros pré-requisitos que serão detalhados no edital. A renda dos trabalhadores portuários avulsos é variável, conforme a quantidade de períodos trabalhados e o valor pago por cada operador portuário, definido nos acordos coletivos firmados entre o Sintraport e os operadores do Porto de Santos. O edital fica disponível no site do IDCAP (www.idcap.org.br). As inscrições poderão ser feitas entre os dias 29 de outubro e 18 de novembro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 24/10/2025

BRASIL EXPORT - FÓRUM BRASIL EXPORT DISCUTIRÁ FUTURO SUSTENTÁVEL DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

Painel InfraESG em Brasília abordará regulação, inovação e descarbonização do setor; debate dá sequência às discussões do InfraESG Talks, no último dia 10

Da Redação redacao.jornal@redebenevents.com.br



O InfraESG, no dia 29, terá autoridades e executivos de empresas do setor de transportes para discutir estratégias que aliem eficiência logística e responsabilidade ambiental

O papel da sustentabilidade e da integração entre modais no futuro da infraestrutura nacional estará no centro dos debates do Painel InfraESG, que integra a programação do Fórum Nacional Brasil Export Infraestrutura 2025, nos dias 28, 29 e 30 deste mês, em Brasília. O encontro será realizado

no Royal Tulip Alvorada e terá transmissão pela TVBE News.

O painel, marcado para o dia 29, reunirá autoridades e executivos de empresas do setor de transportes para discutir estratégias que aliem eficiência logística e responsabilidade ambiental. A moderação será do diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Felipe Queiroz. Participam do debate Clóves Benevides, subsecretário de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes; Alber Vasconcelos, diretor da Antaq; Mariana Pescatori, diretora Regulatória e Institucional da Hidrovias do Brasil; Marcos Moreira, diretor-presidente do Núcleo Paraná Federais da EPR; Rebeca Oliveira, vice-presidente financeira do Complexo do Pecém; e Sergio Bacci, presidente da Transpetro.

A discussão dará sequência aos temas levantados no InfraESG Talks, promovido pela ANTT no último dia 10, na Arena B3, em São Paulo. O evento foi organizado em parceria com o Ministério dos Transportes, a B3, a Confederação Nacional do Transporte (CNT) e o Grupo Brasil Export, e teve como foco transformar a agenda ESG em ações práticas e coordenadas entre o poder público e a iniciativa privada.

Durante esse encontro, Felipe Queiroz destacou que a cooperação institucional é essencial para que a sustentabilidade deixe de ser apenas um conceito e se traduza em resultados concretos. Segundo ele, o diálogo entre órgãos públicos, concessionárias e empresas privadas é o caminho para uma agenda sólida e financeiramente viável.

O secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, também enfatizou a transversalidade da sustentabilidade na formulação de políticas públicas e mencionou o esforço da pasta em incluir a resiliência e a transição energética nos projetos de infraestrutura. Outro ponto abordado foi a Taxonomia Sustentável Brasileira, ferramenta que orientará o financiamento de projetos de baixo impacto ambiental.

Brasil Export

Com mais de duas décadas de atuação, o Grupo Brasil Export é reconhecido como o maior movimento multisetorial do país voltado à logística, infraestrutura de transportes e comércio exterior. O Fórum Nacional reunirá executivos de diferentes regiões, conselheiros do Brasil Export, agentes públicos, magistrados e representantes das empresas patrocinadoras.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 24/10/2025



NACIONAL - PROGRAMAÇÃO DO FÓRUM BRASIL EXPORT INFRAESTRUTURA 2025

Programação do fórum Brasil Export Infraestrutura 2025

28 | OUTUBRO | TERÇA-FEIRA

08h30 Credenciamento

09h00 Inova Export

> Iniciativa tem como proposta principal conectar pessoas, ideias e soluções nos setores de infraestrutura, logística, agronegócio, portos e comércio exterior

10h45 Intervalo

11h00 Painel: Protagonismo feminino e equidade de gênero no setor de infraestrutura

Debatedoras: Cristina Castro, Superintendente de ESG e Inovação da Antaq; Vládia Pompeu, Corregedora do Ministério dos Portos e Aeroportos

12h30 Encerramento do período

14h00 Abertura da terceira edição da Expo Brasil Export

14h15 InfraJur, Encontro Nacional de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes

14h30 Palestra de abertura

15h00 Painel 1 do InfraJur: O PL 733/2025 e o Poder Legislativo

16h00 Intervalo

16h30 Painel 2 do InfraJur: O PL 733/2025 e o Poder Judiciário

17h30 Palestra de encerramento: Flávio Dino, Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF)

Tema: O STF e a economia brasileira

18h15 Intervalo

18h30 Sessão solene

Presença: Silvío Costa Filho, Ministro de Portos e Aeroportos; Guilherme Theodoro Rodrigues da Rocha Sampaio, Diretor-Geral da ANTT; Flávia Takafashi, Diretora da ANTAQ; Sérgio Bacci, Presidente da Transpetro; Demais autoridades a confirmar

20h00 Encerramento

29 | OUTUBRO | QUARTA-FEIRA

08h30 Credenciamento

09h00 Abertura do Encontro Nacional de Autoridades Portuárias e Hidroviárias (ENAPH)

Presença: Alex Ávila, Secretário Nacional de Portos; Wilson Lima Filho, Diretor da ANTAQ; Demais autoridades a confirmar

09h45 Painel 1 do ENAPH: Os portos brasileiros conectados ao mundo | Atração de investimentos e cooperação internacional

10h30 Intervalo

11h00 Painel 2 do ENAPH: Modelos para aperfeiçoar o serviço de dragagem nos portos brasileiros

Debatedores: Ernesto Sampaio, Diretor-Presidente da Companhia Docas de São

Sebastião; Cleverton Elias Vieira, Diretor-Presidente do Porto de São Francisco do Sul; Demais gestores a confirmar

11h45 Painel 3 do ENAPH: Inovação e boas práticas de governança nas autoridades portuárias

12h30 Encerramento do período

14h30 Painel: Impactos da geopolítica mundial no comércio exterior brasileiro

15h30 Painel: Tecon 10 e o futuro do complexo portuário de Santos

16h30 Intervalo

17h00 Apresentação InfraESG

17h30 Painel InfraESG

18h30 Cerimônia de premiação da primeira edição do Navegue + Brasil

Presença: Dino Batista Antunes, Secretário Nacional de Hidrovias e Navegação

20h00 - Encerramento

30 | OUTUBRO | QUINTA-FEIRA

08h30 Credenciamento

09h00 Palestra de abertura

09h30 Painel: Sistemas ferroviários de acesso aos portos brasileiros e ações para ganhos de produtividade

Debatedores: Davi Barreto, Diretor-Presidente da ANTF; João Almeida, Diretor-Presidente da FIPS

10h15 Painel: Estratégias para o desenvolvimento do transporte aéreo no Brasil

Debatedores: Tiago Faierstein, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)

11h00 Intervalo

11h15 Painel: Infraestrutura de transportes | Financiamento, regulação e soluções logísticas

Apresentação: Vander Costa, Presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT)

12h00 Painel: O papel da indústria para o crescimento econômico e sustentável do Brasil

12h45 Encerramento do período

14h30 Painel: Os biocombustíveis como vetores de descarbonização no setor de transportes

15h15 Painel: Investimento em infraestrutura como pilar estratégico para o crescimento da agroindústria

16h00 Painel: Concessões e políticas fiscais | As ações dos governos estaduais para alavancar investimentos e proporcionar qualidade de vida para a população

17h00 Encerramento

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 23/10/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

'É DIFÍCIL SE LIBERTAR DO COMBUSTÍVEL FÓSSIL', DIZ LULA DURANTE VIAGEM À ÁSIA

Presidente afirma que recursos do petróleo financiarão a transição energética e que a Petrobras deve se transformar gradualmente em uma empresa de energia

Por Agência Brasil — Jacarta

A um mês da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), que será realizada em Belém (PA), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que os recursos necessários para o Brasil abandonar o uso de combustíveis fósseis “vêm exatamente do petróleo” e que o combustível “ainda será necessário por muitas décadas”.

— É muito fácil criticar o uso de combustíveis fósseis, mas é difícil apontar quem, hoje, tem condições reais de se libertar deles. Ninguém tem — declarou o presidente.



Presidente disse que o Brasil usará recursos obtidos a partir do petróleo para investir na transição energética. — Foto: Ricardo Stuckert/Agência Brasil

Segundo Lula, o país pretende utilizar as receitas geradas pelo petróleo para financiar a transição energética. Ele destacou ainda que a Petrobras deverá empregar esses recursos para se transformar gradualmente “de uma empresa de petróleo em uma companhia de energia”.

A declaração foi feita na madrugada desta sexta-feira, pouco antes de o presidente embarcar da Indonésia para a Malásia.

Margem Equatorial

Questionado sobre qual mensagem o Brasil pretende transmitir ao mundo diante do avanço dos estudos para a exploração de petróleo na Margem Equatorial, Lula afirmou ser importante reconhecer que o país está entre os que mais produzem energia renovável no planeta.

— A gasolina brasileira utiliza 30% de etanol. Por isso, a nossa gasolina é mais limpa do que a de outros países. Nosso óleo diesel tem 20% de biodiesel, o que também o torna menos poluente — disse.

O presidente ressaltou ainda que a exploração na Margem Equatorial ainda não foi aprovada, já que o Ibama autorizou apenas a realização de pesquisas na região.

— E entre fazer a pesquisa e encontrar petróleo, leva-se muito tempo, porque são necessárias novas licenças para cada etapa. Isso em uma empresa que tem expertise — afirmou Lula.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 24/10/2025

EUA ABREM INVESTIGAÇÃO COMERCIAL SOBRE A CHINA, ÀS VÉSPERAS DE ENCONTRO ENTRE TRUMP E XI

Governo americano abriu investigação para avaliar se país asiático descumpriu acordo estabelecido em 2020, aumentando a tensão comercial entre os países

Por Bloomberg — Washington D.C., EUA



Casa Branca diz que provavelmente Trump e Xi vão conversar nesta semana — Foto: Bloomberg

O governo Trump anunciou no início da tarde que abriu uma investigação comercial que pode abrir caminho para novas tarifas sobre produtos chineses. O movimento aumenta as tensões às vésperas de uma reunião na próxima semana entre os líderes dos dois países.

O Representante de Comércio dos Estados Unidos, Jamieson Greer, anunciou que a abertura de uma apuração para investigar se a

China cumpriu um acordo comercial limitado, firmado em 2020, durante o primeiro mandato do presidente Donald Trump.

A investigação “vai analisar se a China implementou integralmente seus compromissos no Acordo da Fase Um, o impacto sobre o comércio dos EUA decorrente de qualquer descumprimento, e quais ações, se houver, devem ser tomadas em resposta”, disse a agência em comunicado.

A medida ameaça agravar as relações já tensas entre Washington e Pequim, e pode servir como instrumento de pressão para Trump em seu encontro na próxima quinta-feira com o presidente chinês Xi Jinping, na Coreia do Sul.

A investigação está sendo conduzida sob a Seção 301 da Lei de Comércio de 1974, que permite ao governo ajustar importações de países considerados praticantes de comércio desleal. Essas apurações normalmente duram vários meses, ou mais, mas fornecem a base legal para o presidente impor tarifas unilateralmente.

O acordo comercial assinado no primeiro mandato de Trump com a China envolvia, entre outros pontos, promessas de Pequim de ampliar compras de produtos agrícolas dos EUA, tema que voltou a gerar tensão neste ano.

Os Estados Unidos e a China têm travado um confronto tarifário de retaliações mútuas desde o retorno de Trump ao poder, conflito que se reacendeu nas últimas semanas, apesar de uma trégua que havia reduzido tarifas para permitir novas negociações. Essa pausa expira em meados de novembro.

A administração de Donald Trump também vem impondo novas restrições à exportação de tecnologia, enquanto a China tem limitado o fluxo de minerais raros essenciais para setores como energia, semicondutores e transporte. Trump também ameaçou aplicar uma nova tarifa de 100% a partir de 1º de novembro, caso a China não recue nessas restrições.

Esse embate comercial levou a China a interromper compras de soja americana, prejudicando agricultores dos EUA, que viram seus mercados encolherem em meio à guerra comercial. Ainda assim, Trump tem afirmado que chegará a um acordo com Xi sobre comércio e outros temas, elevando as expectativas para a tão aguardada cúpula.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 24/10/2025

TARIFAÇÃO: AS PROPOSTAS QUE LULA DEVE APRESENTAR A TRUMP NA MALÁSIA

Pauta foi informada a lideranças empresariais por participantes das negociações, mas declarações recentes podem dificultar entendimento

Por Malu Gaspar



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o sua contraparte dos Estados Unidos, Donald Trump — Foto: Fotos de Alexi J. Rosenfeld/GETTY IMAGES NORTH AMERICA/Getty Images via AFP e Brendan Smialowski/AFP

O presidente Lula deve levar a Donald Trump duas propostas para lidar com o tarifaço imposto pelos Estados Unidos aos produtos brasileiros no curto prazo. A primeira é a de que seja aberta uma trégua – também chamada de uma transição – na taxa de 50% enquanto durarem as negociações entre os dois países. Nesse caso, a taxa voltaria aos 10% que vinham valendo desde março. A segunda proposta é a implantação de mais uma leva de exceções ao tarifaço, em que estariam a carne e o café.

Esses vêm sendo os termos das conversas prévias ao encontro mantidas entre as equipes dos dois governos, de acordo com informes feitos por interlocutores do Itamaraty a lideranças empresariais ouvidas pela equipe da coluna.

De acordo com esses empresários, que também acompanham a evolução da situação pelo lado americano, por meio de lobistas e advogados contratados para atuar em Washington D.C, as duas propostas poderiam ser implementadas já a partir do encontro de domingo, caso a conversa entre Lula e Trump realmente produza algum avanço.

No momento, porém, nenhum dos envolvidos na administração da crise entre os dois países – nem os diplomatas e nem os lobistas – é capaz de arriscar o que sairá dessas conversas. Até porque parte da pauta a ser discutida pelos dois presidentes é política e não comercial. Sabe-se que Lula colocará à mesa a questão das sanções a autoridades brasileiras. E há uma chance de que Trump traga para a discussão o conflito dos EUA com a Venezuela e até a proposta brasileira de criar uma moeda comum aos países dos Brics, o bloco de nações em desenvolvimento, para substituir o dólar.

Por isso as falas recentes de Lula na Indonésia, propondo que cada país use suas próprias moedas nas transações comerciais, provocaram grande apreensão entre os empresários atingidos pelo tarifaço. Eles temem que a declaração possa ser usada pelo governo americano para evitar ou postergar o alívio nas medidas restritivas aos produtos.

“Isso aí atrapalha. A gente não entende porque ele fica tocando nesse assunto o tempo todo. Porque quem escolhe a moeda não é o estado. Não é o governo brasileiro o da China ou o da Malásia. Quem escolhe a moeda é o exportador. Então se eu for fazer uma venda para a Indonésia ou para a Malásia, eu não vou querer o dinheiro deles. Imagina! Eu vou querer dólar. Então não tem por que ficar insistindo nesse assunto”.

De seu lado, Trump também fez declarações sobre o tarifaço que despertaram preocupação entre os empresários. Em um post em sua rede social, o presidente dos EUA disse que os pecuaristas americanos "estão indo bem" porque impôs tarifas sobre o gado de outros países que é importado aos Estados Unidos, caso do Brasil.

Foi uma resposta às críticas de pecuaristas americanos ao plano do presidente para reduzir os preços recordes da carne bovina aumentando a importação da Argentina.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 24/10/2025

MENCIONADO POR LULA, COMÉRCIO EM MOEDAS LOCAIS GANHA NOVO PESO POLÍTICO ANTES DE REUNIÃO COM TRUMP

Prática já ocorre entre Brasil e países do Mercosul

Por Eliane Oliveira — Brasília



Os presidentes Donald Trump e Luiz Inácio Lula da Silva — Foto: Montagem com fotos da Bloomberg

O anúncio de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende discutir o uso de moedas locais no comércio entre Brasil e Indonésia, durante sua viagem ao Sudeste Asiático, pode soar como uma proposta ousada ou inédita. Na prática, porém, o país já adota esse modelo com alguns de seus principais parceiros da região.

O tema ganha contornos políticos por surgir às vésperas do encontro entre Lula e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, marcado para



este domingo, na Malásia. Trump já deixou claro, em diversas ocasiões, que não admite sequer a possibilidade de o dólar perder espaço nas transações comerciais internacionais — realidade predominante nas operações globais — e tem ameaçado o Brics, bloco de países em desenvolvimento do qual o Brasil faz parte, com elevação de tarifas caso a iniciativa avance.

Segundo interlocutores do governo brasileiro, se o assunto vier à tona, Lula deve reiterar a defesa de mecanismos financeiros alternativos e da diversificação das parcerias do Sul Global — temas que, em geral, despertam pouca simpatia em Washington.

A proposta a Jacarta, portanto, não inaugura uma nova era nas relações comerciais do Brasil, mas reafirma uma estratégia que o país já pratica há anos: buscar caminhos próprios para reduzir custos, ampliar mercados e equilibrar seu papel na economia internacional.

Desde 2008, Brasil e Argentina mantêm um Sistema de Pagamentos em Moedas Locais (SML), que permite a empresas dos dois países realizar transações comerciais sem recorrer ao dólar. O mecanismo, criado pelos bancos centrais de ambos, facilita exportações e importações, reduz custos cambiais e incentiva a integração econômica regional.

O sistema também está em vigor com o Uruguai, desde 2014, e com o Paraguai, a partir de 2018. Há conversas para estendê-lo à Bolívia, à Indonésia e a outros países do Brics, como a China, principal adversário dos Estados Unidos na disputa pelo protagonismo econômico mundial.

Com os chineses, o Brasil discute não apenas a ampliação do uso de moedas locais no comércio, mas também a inclusão do instrumento na composição de reservas e portfólios financeiros, segundo integrantes do governo.

A ideia, portanto, é antiga — ainda que o tema volte a ganhar destaque em um momento diplomático delicado. Ao propor à Indonésia um modelo semelhante, Lula reforça um argumento que tem repetido em fóruns internacionais: o de que países em desenvolvimento devem buscar maior autonomia financeira e menor dependência do dólar nas trocas comerciais.

De acordo com o Banco Central, o sistema dispensa o uso de uma terceira moeda — normalmente o dólar — nas transações. Com isso, o exportador pode fixar o preço de sua mercadoria ou serviço na moeda de seu próprio país, evitando exposição às variações cambiais e assegurando o recebimento integral do valor negociado, o que oferece mais previsibilidade e segurança nos custos.

“O SML amplia a integração econômica e financeira entre os países participantes. A possibilidade de realizar transações internacionais em moeda local reduz entraves e facilita, especialmente, a atuação de pequenos e médios produtores que desejam exportar”, ressalta a autoridade monetária.

No convênio firmado com a Argentina, o sistema abrange apenas o comércio de bens. Com Uruguai e Paraguai, permite também operações de bens, serviços e transferências unilaterais — como remessas de pessoa física para pessoa física de pequeno valor.

Ainda segundo o Banco Central, em 2024, o Brasil exportou R\$ 3,38 bilhões para a Argentina e importou R\$ 1,75 milhão por meio do SML. Com o Paraguai, foram exportados R\$ 830,04 milhões e importados R\$ 161,67 milhões. As vendas para o Uruguai, em reais, somaram R\$ 376,44 milhões, enquanto as compras atingiram R\$ 54,31 milhões.

Assim, longe de representar uma ruptura, a proposta de Lula à Indonésia reafirma um movimento contínuo de busca por autonomia e integração regional, num cenário em que o debate sobre o papel do dólar volta a ocupar o centro da política global.

BRASIL REGISTRA ROMBO RECORDE DE US\$ 9,8 BILHÕES NAS CONTAS EXTERNAS DE SETEMBRO

Aumento das importações e envio de lucros ampliam o rombo, mas investimento direto estrangeiro é recorde

Por Bruna Lessa — Brasília



Sede do Banco Central do Brasil, em Brasília — Foto: Gustavo Minas / Bloomberg

As contas externas do Brasil registraram déficit de US\$ 9,8 bilhões em setembro de 2025, o maior saldo negativo para o mês desde o início da série história, em 1995. O número, divulgado nesta sexta-feira pelo Banco Central, representa uma piora em relação ao mesmo período em 2024, quando o déficit foi de US\$ 7,4 bilhões, e reflete sobretudo o aumento das importações e das remessas de lucros e dividendos para fora do país.

Nos últimos 12 meses, o déficit acumulado nas contas externas chegou a US\$ 78,9 bilhões, o equivalente a 3,6% do PIB, acima dos US\$ 49,8 bilhões (2,2% do PIB) registrados um ano antes. O dado indica uma maior necessidade de financiamento externo para cobrir as despesas do país com o resto do mundo.

Importações recordes puxam o resultado

O principal motivo para o aumento do déficit foi a queda no saldo comercial — a diferença entre o que o Brasil vende e o que compra de outros países. Em setembro, as exportações somaram US\$ 30,7 bilhões, alta de 7% em relação a um ano atrás. Mas as importações cresceram ainda mais: 17,4%, chegando a US\$ 28,4 bilhões, o maior valor já registrado.

Segundo o Banco Central, esse salto foi influenciado pela compra de uma plataforma de petróleo, que custou US\$ 2,4 bilhões. Como as importações aumentaram mais do que as exportações, o superávit comercial — o “lucro” das trocas de bens com o exterior — caiu para US\$ 2,3 bilhões, metade do registrado no mesmo mês do ano passado.

Gastos com lucros e serviços também cresceram

Além do comércio de bens, o país também tem gastos com serviços e rendas — como transporte, viagens e o envio de lucros de empresas estrangeiras instaladas aqui.

A conta de serviços teve uma leve melhora, com déficit de US\$ 4,9 bilhões, já que o Brasil gastou menos com transporte e serviços de tecnologia. Mas as despesas com licenças, softwares e direitos autorais aumentaram 65%, e os gastos com viagens internacionais ficaram estáveis em US\$ 1,3 bilhão.

O envio de lucros e dividendos por multinacionais, porém, cresceu muito: foram US\$ 5,4 bilhões, ante US\$ 4,3 bilhões em setembro do ano passado. Essas remessas, junto com o pagamento de juros da dívida externa, fizeram a conta de rendas ter déficit de US\$ 7,6 bilhões.

Investimento estrangeiro bate recorde

Mesmo com o aumento do déficit, o Brasil continuou atraindo investidores estrangeiros. Os Investimentos Diretos no País (IDP) — que são recursos aplicados em fábricas, empresas e projetos de longo prazo — somaram US\$ 10,7 bilhões em setembro, o maior valor já registrado para o mês.

O número é quase o triplo do observado em setembro de 2024 (US\$ 3,9 bilhões). Desse total, US\$ 4,2 bilhões vieram de novos aportes, US\$ 4,6 bilhões foram lucros reinvestidos por empresas que já atuam aqui, e US\$ 1,9 bilhão veio de operações entre companhias do mesmo grupo.

Nos últimos 12 meses, o investimento estrangeiro direto chegou a US\$ 75,8 bilhões, o equivalente a 3,5% do PIB — um sinal de confiança dos investidores na economia brasileira.

Os investimentos em carteira, que são aplicações mais rápidas e de curto prazo, também ficaram positivos: US\$ 4,4 bilhões em setembro, puxados pela compra de títulos de dívida brasileiros.

Reservas e câmbio

As reservas internacionais — espécie de poupança em dólares que o Brasil mantém para emergências — subiram US\$ 5,8 bilhões em setembro, totalizando US\$ 356,6 bilhões. O aumento veio de ganhos com juros e variações cambiais, além de operações de recompra.

Até 22 de outubro, o Banco Central registrava exportações de US\$ 16,1 bilhões e importações de US\$ 12,9 bilhões, com saldo positivo de US\$ 3,2 bilhões. No setor financeiro, no entanto, houve saída líquida de US\$ 4,4 bilhões, ou seja, mais dólares deixaram o país do que entraram.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 24/10/2025

PETRÓLEO EM DISPARADA: POR QUE O BARRIL FICOU MAIS CARO E QUAL O IMPACTO SOBRE OS COMBUSTÍVEIS NO BRASIL

Analistas avaliam que medida de Trump obrigará empresas privadas de combustível a buscar novos fornecedores. Diesel russo representa cerca de 15% das importações brasileiras do produto

Por Bruno Rosa — Rio



Campo de petróleo na Rússia: Trump impôs sanções às maiores petroleiras russas por causa da guerra contra a Ucrânia — Foto: Andrey Rudakov/Bloomberg/

Os preços do petróleo dispararam mais de 5% ontem, depois que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, impôs sanções às maiores petroleiras russas devido à guerra contra a Ucrânia. As restrições devem limitar o volume de diesel importado por empresas privadas brasileiras do setor, já que o combustível russo representa cerca de 15% das importações do

produto pelo Brasil.

O país depende do exterior para atender a cerca de 30% do consumo total, já que a produção de diesel pela Petrobras — que não compra da Rússia — cobre apenas 70% da demanda nacional.

Segundo Sérgio Araújo, presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), o setor já vinha sofrendo efeitos de sanções desde a escalada da invasão russa à Ucrânia.

— A partir de agora, os importadores brasileiros vão precisar buscar o produto em outros locais não sancionados. A operação fica mais restrita e, por isso, já estamos observando uma alta no preço do petróleo no mercado internacional — afirma Araújo.

O barril do petróleo tipo brent (referência do mercado internacional) disparou 5,34% ontem, cotado a US\$ 65,93. O WTI (referência principalmente no mercado americano) subiu 5,62%, negociado a US\$ 61,75.

A sanção atinge as petroleiras russas Rosneft e Lukoil, que respondem por cerca de 50% da produção de petróleo do país, segundo relatório do Banco Santander. A decisão americana também incluiu mais de 110 navios envolvidos no transporte de produtos das duas empresas. Para o



presidente da Abicom, o ambiente comercial tende a se tornar mais limitado, e os importadores privados brasileiros devem buscar novas rotas e fornecedores alternativos para garantir o abastecimento de diesel no país.

Índia lidera importações

A participação do diesel da Rússia no mercado brasileiro já estava em queda, depois de chegar a representar 60% do volume importado. Nos últimos meses, o Brasil vem buscando diversificar suas fontes de abastecimento para reduzir a dependência do produto russo. De acordo com dados da Abicom, a Índia já responde por 45% da origem do diesel importado no Brasil, seguida de EUA (27%) e Arábia Saudita (9%).

— A Rússia hoje é um player importante no setor global de combustível, com muita oferta. As novas sanções restringem a oferta, mas não eliminam sua presença no mercado internacional. Um fator-chave daqui para frente será observar como os preços do combustível e do petróleo russos vão se comportar — diz Araújo.

Antes de Trump anunciar as sanções — as primeiras em seu segundo mandato contra o regime de Vladimir Putin — Rosneft e Lukoil estavam sujeitas apenas a restrições financeiras ou tecnológicas, mas agora enfrentam proibições totais de transações, envolvendo intermediários estrangeiros que comercializem, financiem ou transportem suas cargas.

Para o presidente de uma empresa brasileira — que pediu para não ser identificado — parte dos importadores do Brasil vinha comprando diesel da Índia com origem russa. Agora, afirma, fica mais complicado. Segundo ele, o principal atrativo do produto russo é o preço. Nos últimos anos, a Rússia chegou a oferecer descontos de até US\$ 0,16 por galão de diesel.

Porém, nos últimos meses, os valores vinham se mantendo em linha com os praticados pelas companhias americanas, já que a Rússia vem registrando alta na demanda interna e está com refinarias em manutenção. A Petrobras, por sua vez, não compra diesel da Rússia.

No ano, petróleo cai 11%

A restrição tende a afetar os preços futuros, com alta no curto prazo, mas a Rússia pode reduzir ainda mais seus preços. Segundo o Santander, as sanções podem retirar de 1 milhão a 1,5 milhão de barris por dia dos fluxos globais, o que compensaria os acréscimos de produção da Opep+, cartel que reúne os maiores produtores do mundo, que fizeram as cotações do petróleo acumularem queda de 11% este ano.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 24/10/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

ANÁLISE - PCC E O PLANO DE MATAR AUTORIDADES: 'NÃO É SÓ SEGURANÇA DE INDIVÍDUOS, MAS SOBREVIVÊNCIA DO ESTADO'

Operação das polícias civil e militar de SP mira organização criminosa, que vigiava promotor e diretor de presídio com intenção de matá-los

Por Rafael Alcadipani

As investigações recentes da Polícia Civil e do Ministério Público revelam uma face alarmante do crime organizado em São Paulo: planos concretos do Primeiro Comando da Capital (PCC) para assassinar duas das principais autoridades envolvidas no enfrentamento às facções criminosas. São elas: o promotor de Justiça Lincoln Gakiya, da região de Presidente Prudente, e o diretor de presídios Roberto Medina.

O plano vem à tona menos de dois meses após a execução do ex-delegado-geral Ruy Ferraz Fontes, em Praia Grande, onde atuava como secretário desde 2023. Os criminosos não apenas mapearam rotinas, mas também obtiveram informações detalhadas sobre a vida privada dessas autoridades e de suas famílias. Estavam prontos para agir - mais um passo em direção à barbárie e ao terror social.

O episódio vai muito além de um alerta. Ele escancara o poder crescente das organizações criminosas, que hoje se infiltram nas estruturas do Estado, da economia e da sociedade civil. Essas redes deixaram de ser grupos marginais: tornaram-se corporações com recursos, estratégia e capacidade de influência sobre contratos, eleições e decisões políticas.

O que está em jogo não é apenas a segurança de indivíduos, mas a sobrevivência do próprio Estado como autoridade legítima. Quando o crime organizado passa a decidir quem deve morrer entre aqueles que o enfrentam, o pacto civilizatório se rompe.



Ex-delegado-geral Ruy Ferraz Fontes foi executado em setembro; investigação aponta envolvimento do PCC no atentado Foto: Werther Santana/Estadão

É urgente criar mecanismos permanentes de proteção para quem atua na linha de frente, inclusive após a aposentadoria, quando muitos ficam vulneráveis e esquecidos.

O enfrentamento ao crime precisa ser institucional, coletivo e despersonalizado. Não pode depender da coragem isolada de poucos servidores. O Brasil precisa

reagir com urgência. O crime já não teme o Estado; é o Estado que parece temê-lo. As respostas seguem tímidas e fragmentadas. Não podemos esperar a próxima tragédia para agir da forma que se deve.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 24/10/2025

EUA ENVIAM MAIOR PORTA-AVIÕES DO MUNDO PARA A AMÉRICA LATINA EM ESCALADA DE OPERAÇÃO ANTIDROGAS

USS Gerald Ford, o porta-aviões mais moderno e tecnologicamente avançado da Marinha americana, será deslocado para a região, mas não se sabe ainda quando e onde ficará posicionado
Por Redação

WASHINGTON - O secretário de Defesa dos Estados Unidos, Pete Hegseth, ordenou o envio do porta-aviões USS Gerald Ford, o maior do mundo, bem como seus navios de guerra e aviões de ataque, para águas da América Latina, disse o Pentágono nesta sexta-feira, 24.

A decisão amplia a tensão militar na região, após ameaças do governo Donald Trump a cartéis que atuam na Venezuela e na Colômbia.

A presença do país “reforçará a capacidade dos EUA de detectar, monitorar e interromper atividades e atores ilícitos que comprometem a segurança e a prosperidade do território nacional dos Estados Unidos e nossa segurança no Hemisfério Ocidental”, disse Sean Parnell, porta-voz chefe do Pentágono, nas redes sociais.

Parnell não informou quando o Ford, o porta-aviões mais moderno e tecnologicamente avançado da Marinha, se mudaria para a região ou onde seria posicionado. Oficiais da Marinha disseram que o Ford está atualmente navegando na costa da Croácia em uma missão da Otan de uma semana e levaria vários dias para chegar à sua nova missão designada pelo Comando Sul dos EUA.



O USS Gerald R. Ford, o maior porta-aviões do mundo, visto no Mar do Norte durante o exercício OTAN Neptune Strike 2025, em 24 de setembro de 2025 Foto: Jonathan Klein/AFP

A mobilização de um porta-aviões é uma grande escalada de poder militar em uma região que já viu um aumento incomum de tropas americanas no Mar do Caribe e nas águas da Venezuela.

Até o momento, os EUA já realizaram 10 ataques a embarcações em águas da América do Sul, deixando cerca de 43 mortos. Mais de 10 mil soldados estão na região.

Na preparação para a operação de ataque aos barcos, bem como em sua fase inicial, o governo Trump concentrou-se principalmente na Venezuela e em seu ditador, Nicolás Maduro, que foi indiciado nos Estados Unidos por tráfico de drogas. O governo o chamou de ilegítimo e o retratou como o chefe de um cartel de drogas.

Os ataques ocorrem em um momento em que se especula se o governo Trump estaria considerando opções para ataques terrestres na Venezuela e tentando usar a força para remover Maduro do poder. Os defensores de uma operação de mudança de regime incluem o Secretário de Estado, Marco Rubio, e o diretor da CIA, John Ratcliffe.

Operações na região

O USS Gerald Ford transporta cerca de 5.000 marinheiros e possui mais de 75 aeronaves de ataque, vigilância e apoio, incluindo caças F/A-18.

Porta-aviões já navegaram pelas águas do Caribe e da América Latina antes, no que a Marinha chama de “missões de boa vontade”. Mas o envio do Ford para uma possível operação de combate em meio à intensificação dos ataques dos EUA contra barcos que, segundo o governo, transportam drogas é altamente incomum, disseram autoridades atuais e antigas da Marinha.

“Ao adicionar o Ford às forças já existentes, este é um grupo de combate naval excepcionalmente poderoso no Caribe, pelo que me lembro”, disse o Almirante James Stavridis, ex-chefe do Comando Sul dos EUA, agora aposentado.

Durante décadas, presidentes republicanos e democratas enviaram um ou mais porta-aviões para o Oriente Médio como sinal do poder militar e da determinação geopolítica dos EUA.

Em seu segundo mandato, Trump tem se concentrado mais intensamente na segurança do território americano e na região do Caribe. O envio do Ford para a região, que, segundo autoridades, vinha sendo considerado há semanas, resalta essa mudança nas prioridades de segurança nacional.

As novas ordens do Pentágono vieram horas depois de Hegseth anunciar que os militares dos EUA mataram seis pessoas em um barco suspeito de contrabandear drogas da América do Sul, enquanto a campanha mortal e legalmente contestada do governo Trump continuava a crescer.

O último ataque eleva o número de mortos na operação do governo Trump contra supostos barcos de drogas para 43 em 10 ataques conhecidos — oito no Caribe e mais dois nesta semana no Pacífico.

Hegseth afirmou em uma publicação nas redes sociais que o ataque ocorreu durante a noite em águas internacionais no Mar do Caribe. Ele acrescentou que a embarcação era “operada” pela gangue venezuelana Tren de Aragua, um dos vários grupos criminosos latino-americanos que o governo designou como organização terrorista.

O secretário de defesa não ofereceu nenhuma evidência para apoiar sua alegação, mas citou “nossa inteligência”. Assim como em declarações sobre ataques anteriores, sua mensagem continha um videoclipe granulado de 20 segundos de um barco balançando na água e depois desaparecendo em uma explosão.

“Se você for um narcoterrorista contrabandeando drogas para o nosso hemisfério, nós o trataremos como tratamos a Al-Qaeda,” escreveu Hegseth, escrevendo Al-Qaeda incorretamente. “Dia ou noite, mapearemos suas redes, rastreamos seu pessoal, caçaremos você e o mataremos.”

Legalidade das operações

Vários especialistas jurídicos externos disseram que Trump e Hegseth têm dado ordens ilegais aos militares porque é proibido pela legislação americana e internacional atacar deliberadamente civis que não estejam participando diretamente das hostilidades — mesmo que sejam suspeitos de crimes.

Tradicionalmente, os Estados Unidos combatem o contrabando marítimo de drogas utilizando a Guarda Costeira, às vezes auxiliada pela Marinha, para interceptar embarcações. Se as suspeitas se confirmam, a Guarda Costeira prende suas tripulações. Da mesma forma que a polícia prende pessoas suspeitas de serem traficantes de drogas. Seria crime matá-las sumariamente na rua.

A pena para quem for condenado por tráfico de drogas é prisão, não execução.

O governo americano afirmou que os ataques são legais — e não assassinatos — porque Trump “determinou” que o tráfico de drogas por cartéis constitui um ataque armado aos Estados Unidos e que o país está envolvido em um conflito armado formal com os cartéis, então as tripulações dos barcos podem ser consideradas “combatentes”.

Mas o governo não apresentou publicamente ou ao Congresso uma teoria jurídica que explique como é legítimo para Trump transpor o abismo conceitual entre o tráfico de drogas e o tipo de ataque armado que pode criar um estado legal de conflito armado. Tampouco explicou como tripular um barco que transporta um produto de consumo ilícito pode tornar alguém um alvo legítimo como combatente.



Um caça F-18E decola do porta-aviões USS Gerald R. Ford durante o exercício Otan Neptune Strike 2025, em 24 de setembro de 2025, no Mar do Norte
Foto: Jonathan Klein/AFP

Na ausência de um argumento jurídico, o governo apresentou um argumento político. Afirmou ser a favor do uso da força militar contra suspeitos de tráfico de drogas, pois dezenas de milhares de usuários de drogas americanos morrem de overdose a cada ano. Trump afirmou repetidamente que cada barco destruído pelo exército americano salva 25.000 vidas.

Cerca de 80.000 usuários de drogas nos Estados Unidos morreram de overdose no ano passado, de acordo com os Centros de Controle e Prevenção de Doenças. Esse número é menor que os 110.000 de 2023, mas maior do que há uma década.

O aumento nas mortes por overdose nos últimos anos foi causado pelo fentanil, que vem de laboratórios no México. Os barcos que os militares americanos atacaram vinham da América do Sul, região produtora de cocaína.

Desde que retornou ao poder em janeiro, Trump classificou uma série de cartéis de drogas e gangues criminosas latino-americanas, incluindo o Tren de Aragua, como organizações terroristas. Hegseth as comparou repetidamente à Al-Qaeda.

O Congresso autorizou um conflito armado com a Al-Qaeda após o ataque aos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001; os legisladores não autorizaram uma guerra contra outros grupos terroristas não relacionados. As designações também são contestadas, visto que, por definição, os terroristas são motivados por objetivos ideológicos ou religiosos, enquanto os cartéis buscam lucros ilícitos.

A lei que autoriza o poder Executivo a designar um grupo como organização terrorista estrangeira permite o congelamento de seus bens e também torna crime o apoio a esse grupo. O que ela não autoriza é a execução sumária de pessoas suspeitas de serem membros do grupo.

A descrição de Hegseth do 10º ataque como tendo como alvo um barco associado ao Tren de Aragua reorientou a operação para a Venezuela. Trump descreveu o primeiro ataque, em 2 de setembro, como tendo matado 11 pessoas que ele acusou de serem membros daquela gangue. O segundo ataque, em 15 de setembro, matou três pessoas que ele disse serem da Venezuela.

Mas o presidente colombiano, Gustavo Petro, disse que uma das pessoas mortas em 15 de setembro era um pescador colombiano e acusou os Estados Unidos de assassinato. Por essa declaração, Petro foi sancionado pelo governo americano.

Nos ataques subsequentes, o governo americano praticamente não identificou a nacionalidade ou a filiação dos alvos a uma organização específica.

Em um quarto ataque, em 3 de outubro, os militares americanos mataram quatro homens que, segundo Petro, eram cidadãos colombianos. O sexto ataque, em uma embarcação semissubmersível, matou duas pessoas, mas deixou dois sobreviventes, um dos quais foi repatriado para a Colômbia.

O sétimo ataque, em 17 de outubro, matou três homens que o governo acusou de contrabandear drogas para o Exército de Libertação Nacional (ELN), uma guerrilha marxista na Colômbia conhecido, que o Departamento de Estado designou como terrorista em 1997. O oitavo e o nono ataques ocorreram no Pacífico oriental, na costa da Colômbia/NYT a AP

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 24/10/2025

COSAN JÁ TEM DEMANDA PARA COBRIR FATIA DE MERCADO EM CAPTAÇÃO DE R\$ 10 BI

A oferta é dividida em duas fases e o fechamento da primeira deve ser em 3 de novembro

Por Cynthia Decloedt (Broadcast) e Altamiro Silva Junior (Broadcast)



A Cosan busca desde 2024 melhorar sua estrutura de capital e seu endividamento, o que levou à venda de ativos como usinas da Raízen Foto: Sérgio Neves/AE - 14/12/2010

A Cosan já tem demanda suficiente para cobrir a parcela que será negociada no mercado na captação de R\$ 10 bilhões da companhia. A oferta de ações tem uma parcela de R\$ 7,25 bilhões ancorada pelo BTG Pactual, a gestora Perfin e os family offices ligados à família Ometto, Aguassanta e Queluz, apurou a Coluna. O interesse no restante ocorre apesar do inédito prazo

de dois anos de lockup (período durante no qual investidores não podem vender as ações) imposto para a primeira parte da venda. Segundo fontes, diante do número de investidores interessados, a indicação é de que não seria necessário realizar uma segunda oferta, que está prevista no desenho fechado da captação, e que não tem lockup.

A oferta tem o próprio BTG, o Bradesco BBI, além do Santander, Citi, JPMorgan e Itaú BBA como coordenadores.

A demanda no mercado vem de gestoras e é puxada pela tese de que vale a pena correr o risco do lockup, já que o grupo tem boas companhias e que mesmo a Raízen, que tem maior alavancagem e a reestruturação é mais urgente, tem tempo suficiente para reorganizar sua operação. Além disso, o preço do papel é considerado atrativo. O interesse pela ação foi sentido em recentes reuniões com gestoras, de acordo com fontes.

A oferta é dividida em duas fases e o fechamento da primeira está previsto para 3 de novembro. Nela, haverá oferta de até R\$ 1,8 bilhão (362,5 milhões de ações), ao preço de R\$ 5,00, o mesmo preço pelo qual os âncoras estão subscrevendo, com um lockup de dois anos para metade e de 100 dias para a outra metade. Uma segunda oferta virá no dia 11 de novembro, ao mesmo preço, sem lockup, mas de montante que dependerá do quanto foi subscrito na primeira fase e que, conforme já anunciado, poderia chegar a R\$ 2,75 bilhões (550 milhões de ações), considerando lotes adicionais.

Rubens Ometto segue como sócio majoritário

O controlador, Rubens Ometto, permanece como sócio majoritário, com 50,01% de participação nas ações ordinárias, e mantém sua posição como presidente do conselho. Já o BTG e a Perfin ingressam com participação combinada de 49,99%. Os três sócios firmaram acordo de acionistas e em conjunto passam a deter 55% do capital social da Cosan.

O grupo Cosan vem desde o ano passado buscando melhorar a estrutura de seu capital e endividamento, o que já levou à venda de participação bilionária na operação de metais da Vale e à venda de várias usinas da Raízen. No fim do segundo trimestre, a alavancagem estava em 3,4 vezes, 0,6 vez acima do registrado nos três meses anteriores.

Após a injeção de capital, a dívida da Cosan deve cair para R\$ 13,7 bilhões (de R\$ 23,7 bilhões no segundo trimestre), incluindo R\$ 6,2 bilhões em valor de resgate de ações preferenciais, antes de contabilizar o consumo de caixa contínuo da holding. A intenção da Cosan é, no futuro, zerar a dívida fiscalmente ineficiente.

Procurados, a Cosan e os bancos não comentaram.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 24/10/2025

COP-30: SETOR PRIVADO VAI APROVEITAR EVENTO PARA CAPTAR RECURSOS PARA 'PROJETOS VERDES'

Natura, por exemplo, buscará financiamento para projeto agroflorestal de dendê; em SP, evento pré-COP deve atrair investidores estrangeiros

Por Luciana Dyniewicz

Enquanto diplomatas negociarão medidas para tentar segurar o aquecimento global durante a COP-30 — que será realizada em novembro em Belém —, representantes do setor privado brasileiro aproveitarão que as atenções do mundo estarão voltadas para debates relacionados à sustentabilidade para tentar levantar recursos para projetos “verdes”.

A Natura, por exemplo, vai apresentar, durante a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, seu projeto de produção agroflorestal de óleo de palma (dendê). A intenção é buscar parceiros para escalar a iniciativa e também influenciar outros países a adotarem projetos semelhantes.



Parque da Cidade, em Belém, receberá a COP30 no próximo mês Foto: Raphael Luz / Ag. Pará

Normalmente cultivado como monocultura, o dendê é associado ao desmatamento em várias regiões do mundo, principalmente na Ásia. A Natura, porém, desenvolve um projeto desde 2007 com a Cooperativa Agrícola Mista Tomé-Açu (do Pará) e com a Embrapa que provou ser viável produzir a palma ao lado de cacau, açaí, mandioca e andiroba. Nesse modelo, os cultivos

recuperam um ambiente degradado e aumentam a produtividade e a renda dos agricultores.

A Natura, que usa o produto na fabricação de xampus e sabonetes, conta hoje com apenas 16 produtores cultivando palma nesse modelo, em um total 650 hectares. A intenção é expandir para 12 mil hectares.

Para alcançar a meta, a companhia busca fontes de financiamento. Em setembro, fechou uma parceria de R\$ 50 milhões com o Banco do Brasil para ajudar os produtores no acesso ao crédito. “Chegando (o recurso) aos produtores, irá auxiliar no custeio das atividades do ciclo produtivo, além de promover investimentos para aumento de produtividade, com recuperação de áreas e aquisição de equipamentos”, diz Angela Pinhati, diretora de sustentabilidade da Natura.

“Na COP, o projeto será apresentado como um modelo de sucesso da sustentabilidade como alavanca de negócio, com foco em seu potencial de servir de influência para outros países”, acrescenta Pinhati.

Outro que estará na COP atrás de recursos será o Instituto Amazônia 21+, uma iniciativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) que reúne nove federações das indústrias dos Estados da Amazônia Legal. Na conferência, o instituto lançará um chamamento para o fundo Travessia — que apoia micro e pequenos negócios da bioeconomia amazônica — apenas para o Pará.

Anteriormente, o fundo fez um chamamento para todos os Estados da Amazônia Legal e atraiu 50 empresas — que estão sendo analisadas. O fundo levantou, até agora, R\$ 800 mil, mas a meta é chegar a R\$ 10 milhões. Para as empresas que receberão os recursos, não há pedido de garantias e a carência mínima é de seis meses.

Ainda antes do início oficial da COP, em 10 de novembro, a busca por recursos deve se concentrar em São Paulo, que sediará eventos sobre sustentabilidade para o setor privado. O PRI in Person (conferência sobre investimento responsável), marcado para entre 4 e 6 de novembro, deverá ser um dos encontros em que as conversas para captar investimentos serão mais intensas.

Gestora de recursos focada em ativos ambientais, a IWÁ, por exemplo, apresentará no PRI in Person um fundo para investir em agricultura regenerativa. Com previsão de lançamento para 2026, o fundo deverá levantar US\$ 200 milhões entre fevereiro e junho. O dinheiro será investido na assistência técnica para recuperação regenerativa de 100 mil hectares de pastagem degradada.

Segundo a fundadora da IWÁ, Heloisa Baldin, a intenção é captar recursos principalmente com o investidor estrangeiro, que corresponde ao principal público do PRI in Person. Com uma taxa de retorno de 20% e aportando em projetos de dez anos, o fundo teria dificuldades de atrair investidores no Brasil, onde a Selic (a taxa básica de juros) está em 15%, diz Baldin.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 24/10/2025

SLB FECHA CONTRATO DE MAIS DE R\$ 1,5 BI COM A PETROBRAS PARA IMPLANTAR TECNOLOGIA INÉDITA

Presidente da empresa no Brasil, Thomas Filiponi, define projeto de completção elétrica de poços, tecnologia hoje usada em apenas três países, como um salto na operação em alto-mar

Por Denise Luna (Broadcast)

RIO - Às vésperas de completar 100 anos no mundo e 80 no Brasil, a empresa de origem francesa SLB, ex- Schlumberger, vem se consolidando como uma das principais fornecedoras da Petrobras, posição que garantiu lugar de destaque na exploração da Margem Equatorial brasileira e nos campos do pré-sal.

Recentemente, a empresa fechou um contrato de mais de R\$ 1,5 bilhão com a estatal para implantar, no próximo ano, um pioneiro projeto de completção elétrica de poços, tecnologia usada atualmente em apenas três países, e considerada um salto na operação offshore (alto-mar), na avaliação do presidente da SLB no Brasil, Thomas Filiponi. Completção é o processo de preparação do poço para a produção, instalando equipamentos que assegurem a operação.



Na bacia da Foz do Amazonas, a SLB é responsável pela perfuração do poço Morpho, a bordo da sonda ODN II Foto: Foresea/Agência Petrobras

“O Brasil é uma região muito estratégica para a empresa por vários motivos. Primeiro, pela quantidade e o volume de trabalho. Nós temos um volume de trabalho expressivo aqui. E esse volume não é só a questão de quantidade, mas também de complexidade e desafios”, disse o executivo ao Estadão/Broadcast.

Ele conta que a Schlumberger chegou ao Brasil antes da Petrobras, para atender empresas privadas. Mas, desde a criação da estatal, na década de 1950, participa dos principais projetos da companhia e não poderia ficar de fora da exploração na bacia da Foz do Amazonas, onde é responsável pela perfuração do poço Morpho, a bordo da sonda ODN II, e para onde os holofotes da indústria estão voltados.

“Iniciamos a perfuração às duas da manhã. Nós trazemos a tecnologia para fazer a perfuração do poço. Você pode perfurá-lo verticalmente, com desvio, horizontalmente, e toda essa direção é trazida pelo nosso equipamento, pelas tecnologias que nós temos. Aí a gente vai fazendo essa avaliação em tempo real”, explicou, afirmando que ainda é cedo para ter qualquer informação sobre a exploração, mas que outros três poços devem ser perfurados.

Oportunidade na Margem Equatorial

“A Margem Equatorial traz hoje uma oportunidade única, de acordo com os estudos mais recentes de sísmica que ocorreram lá. Então, eu acho que essa aprovação (da licença de operação) que ocorreu recentemente, nós da SLB, vemos com bastante positivismo, porque ela traz, claro, um benefício para a indústria. Abre uma gama de oportunidades (para a indústria) que até então estava bem limitada. Vai abrir outras oportunidades para outros clientes, e nós estamos muito contentes de estar lá operando esse primeiro poço com toda a responsabilidade que temos aqui”, avaliou, destacando que foi a SLB que perfurou para a BP o campo de Bumerangue, onde em agosto foi anunciada a descoberta de gás natural.

Operação no pré-sal

O pré-sal também está no topo da agenda de Filiponi. Ele vai trazer para o campo de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos, uma tecnologia inédita no Brasil, de completção elétrica de poços para substituir a completção hidráulica, um contrato de R\$ 400 milhões por cinco anos com a Petrobras, que vai trazer maior eficiência, precisão e possibilidade de um controle em tempo real do poço.



Segundo ele, o controle do fluxo em tempo real é um divisor de águas. Decisões que antes levavam dias poderão ser tomadas em minutos, otimizando a produção e a segurança, explicou.

“Essa ‘onda 3 de Búzios’ visa os contratos das plataformas para Búzios 9, 10 e 11, estar recebendo os FPSOs (navios-plataforma) no futuro. Esses postos já são perfurados, completados e são deixados prontos, junto com o equipamento submarino, para assim que o FPSO chegar, ser conectado”, informou.

A SLB venceu também a licitação da Petrobras para aplicar tecnologias sísmicas de ponta nas bacias de Campos e Santos (3D e 4D), para permitir uma visão mais detalhada e precisa do subsolo dessas bacias, e otimizar as decisões sobre exploração e produção. A atual gestão da Petrobras tem como lema “qualquer óleo importa”, e vem estudando as antigas bacias produtoras para saber onde ainda podem buscar petróleo e gás natural.

Na Bacia de Santos, o foco da SLB será o campo de Tupi, que já foi o maior campo do pré-sal, mas está em declínio natural. Em agosto, foi ultrapassado pelo campo de Búzios, na mesma bacia. O projeto da SLB em Tupi engloba 950 km² de área a cinco mil metros de profundidade.

O objetivo é fazer o campo voltar a produzir no patamar de 1 milhão de barris de óleo equivalente. Em agosto, Tupi produziu 780 mil barris de óleo equivalente por dia (boed), contra 822 mil boed de Búzios. Há um ano, Tupi produzia 832 mil boed e Búzios, 605 mil boed.

Na Bacia de Campos, a pesquisa da SLB será no campo de Jubarte, em uma área de 800 km². Enquanto o processamento em 3D cria imagens tridimensionais no subsolo marinho, a 4D adiciona uma dimensão temporal, explicou Filiponi, permitindo comparar imagens obtidas em diferentes momentos.

Potencial da Bacia de Pelotas

Responsável pelas operações da SLB no Brasil e Uruguai, além da Margem Equatorial, Filiponi vê um grande potencial na Bacia de Pelotas, no Sul do País, que se estende até o Uruguai, lembrando que a região pode ter o mesmo sucesso que está sendo observado na Namíbia, já que os continentes foram unidos no passado.

A previsão é de que a exploração no Uruguai comece no ano que vem por uma empresa norte-americana, o que poderá dar uma ideia do que poderá ser descoberto no lado brasileiro da bacia.

“No momento, não há operação acontecendo no Uruguai. Há uma empresa chamada Apache Corporation, americana, que vai fazer uma operação lá no final do ano que vem. Na Bacia de Pelotas, a atividade ainda está em trabalho sísmico, nós esperamos que se desenvolva para atividades de perfuração de poços no futuro”, avaliou.

Créditos de carbono

Nem só de fósseis vive a SLB, diz Filiponi. No ano passado, a SLB fechou parceria com a produtora de etanol FS para a venda futura de créditos de carbono derivados de seu projeto com tecnologia de Bioenergia com Captura e Armazenamento de Carbono (BECCS).

A SLB realizou a interpretação dos dados sísmicos, bem como a perfuração do poço que vai armazenar o carbono para o mapeamento dos dados geológicos.

Segundo o executivo, a iniciativa une a expertise da SLB em geotecnologia e engenharia de poços à liderança da FS na produção de etanol de milho, criando um modelo inédito de descarbonização industrial. As novas energias, ressalta Filiponi, representam um dos pilares atuais da empresa no Brasil e no mundo.

“Captura e estocagem de carbono, hidrogênio, estocagem de energia como um todo, soluções de postos geotérmicos e minerais críticos. Essas são as grandes cinco frentes de serviço. A gente vem

operando no Brasil há 80 anos, e essas novas energias já vêm agora nesses últimos dois anos e meio, quase três”, informou.

A SLB foi responsável pelo estudo de viabilidade técnica do projeto e agora atua na execução da infraestrutura de armazenamento subterrâneo de carbono. A companhia vai construir dois poços de injeção e dois poços de monitoramento, além de liderar o estudo MMV (Monitoring, Measurement and Verification), que garante a rastreabilidade e a mensuração precisa da pegada de carbono. A caracterização geológica e geofísica e os estudos de expansão já estão em andamento nos municípios de Sorriso e Querência, em Mato Grosso.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 24/10/2025

ANÁLISE - LULA FALA, DE NOVO, CONTRA O DÓLAR ANTES DE ENCONTRAR TRUMP

Não se trata apenas de uma simples substituição; falta saber se os países aceitariam outras moedas — e quais delas — no intercâmbio comercial com o Brasil e outros emergentes

Por Rolf Kuntz

Comerciar com moedas nacionais — real e rúpia indonésia — foi uma inovação proposta pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao presidente indonésio, Prabowo Subianto, durante visita a Jacarta, capital do maior parceiro comercial do Brasil no sudeste da Ásia. O comércio entre os dois países chegou a US\$ 6,3 bilhões no ano passado, com superávit brasileiro de US\$ 2,6 bilhões.

Abandonar o dólar nas trocas entre países membros do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) tem sido uma proposta repetida, com insistência, pelo presidente brasileiro. Ele nunca explicou, no entanto, como se poderia substituir a moeda dos Estados Unidos na formação de reservas cambiais.



Lula e o presidente indonésio, Prabowo Subianto, durante visita a Jacarta Foto: Achmad Ibrahim/AP

Não se trata apenas de uma simples substituição. Falta saber se os países fora do grupo aceitariam outras moedas — e quais delas — no intercâmbio comercial com o Brasil e outros emergentes. Nem mesmo se explicou se o Brasil formará reservas com rúpia indonésia e se os indonésios aceitarão acumular reais para a mesma finalidade.

Talvez o yuan emitido pela China servisse a essa finalidade. Os chineses, pelo menos, provavelmente achariam boa essa ideia, embora eles mesmos acumulem grandes volumes de dólares como reservas cambiais.

O presidente brasileiro aproveitou a conversa com o presidente indonésio para criticar, mais uma vez, o predomínio da moeda americana, o dólar, nas trocas internacionais e na formação de reservas cambiais.

O comentário foi feito pouco antes de um novo encontro de Lula com o presidente americano, Donald Trump, previsto para domingo, em Kuala Lumpur, na Malásia, por ocasião da 47ª Cúpula de Líderes da Asean (Associação de Nações do Sudeste Asiático). Não se informou se Lula se aconselhou com algum diplomata antes de suas declarações no encontro com o presidente Prabowo Subianto.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 24/10/2025

VALOR ECONÔMICO (SP)

EUA ENVIAM PORTA-AVIÕES MAIS LETAL DO MUNDO AO CARIBE

Decisão do governo Trump aumenta o número de tropas, navios de guerra e aeronaves na América Latina e aumenta a pressão na região em meio à escalada das tensões com Venezuela e Colômbia

Por Valor — São Paulo



Porta-aviões Gerald Ford — Foto: Mass Communication Specialist 2nd Class Jackson Adkins/Wikimedia Commons

O secretário do Departamento de Guerra dos Estados Unidos, Pete Hegseth, ordenou o deslocamento de um grupo de ataque, que inclui o maior porta-aviões nuclear do mundo, navios de guerra e aeronaves para a área do mar do Caribe. A medida aumenta o número de tropas e aeronaves na América Latina e se soma à escalada da tensão com a Venezuela e Colômbia.

Segundo informações divulgadas pelo Pentágono, o grupo de ataque USS Gerald Ford foi destacado para a região. Ele é composto pelo porta-aviões USS Gerald Ford, além de 3 destróieres (USS Mahan, USS Bainbridge e USS Winston Churchill); três esquadrões de caças F-18; e dois esquadrões de helicópteros de ataque MH-60.

"A presença reforçada das forças dos EUA na área de responsabilidade da área do Comando Sul (Ussouthcom, na sigla em inglês) aumentará nossa capacidade de detectar, monitorar e interromper atores e atividades ilícitas que comprometem a segurança e a prosperidade do território americano e nossa segurança no Hemisfério Ocidental", disse o porta-voz do Pentágono, Sean Parnell, na rede X.

A decisão ocorre após o presidente americano, Donald Trump, ter afirmado ontem que realizará "em breve" operações por terra para interromper o fluxo de drogas da América Latina para os EUA. A declaração, feita durante uma coletiva na Casa Branca, foi uma das indicações mais claras de que ele está se preparando para ampliar os ataques que, até agora, se limitaram a alvos no mar.

O governo americano não especificou oficialmente quando o porta-aviões se deslocará para a região. Oficiais da Marinha ouvidos pelo NYT afirmaram que o porta-aviões Ford está atualmente navegando ao largo da costa da Croácia em uma missão europeia e levaria de sete a dez dias, dependendo da velocidade e das condições meteorológicas, para chegar ao Caribe.

Em entrevista ao The New York Times, o almirante James Stavridis, ex-comandante do Comando Sul dos EUA e que atualmente está aposentado, destacou que "ao adicionar o Ford às forças já existentes, este é um grupo de combate naval excepcionalmente poderoso no Caribe na minha memória".

O anúncio do deslocamento do Gerald Ford vem após Hegseth informar que os EUA realizaram um novo ataque contra uma embarcação no Mar do Caribe. Seis pessoas morreram. O barco, segundo as autoridades americanas, transportava drogas e era operado pelo Tren de Aragua, grupo classificado como terrorista pelo governo americano. A operação teve autorização do presidente, Donald Trump.

"Seis narcoterroristas homens estavam a bordo da embarcação durante o ataque, que foi realizado em águas internacionais — e foi o primeiro ataque à noite. Todos os seis terroristas foram mortos e



nenhuma força americana foi ferida neste ataque", escreveu Hegseth nas redes sociais. A publicação traz um vídeo do momento da ofensiva.

Este é o décimo ataque conhecido das Forças Armadas dos Estados Unidos contra um suposto navio traficante de drogas desde o início de agosto.

Entre terça e quarta-feira, os EUA atacaram duas embarcações suspeitas de tráfico de drogas no Pacífico, perto da costa da América do Sul, expandindo uma agressiva campanha antidrogas que até agora estava limitada ao Caribe.

Os ataques no Caribe já mataram pelo menos 38 pessoas, mas o governo Trump forneceu poucos detalhes, como a quantidade de drogas que os navios estavam transportando ou quais evidências específicas indicavam que estavam carregando drogas.

Atualmente, há cerca de 10.000 soldados americanos na região do Caribe, a maioria em bases em Porto Rico, mas também um contingente de fuzileiros navais em navios de assalto anfíbio. O porta-aviões George Washington também chegou a ser enviado para a região. Ao todo, a Marinha possui oito navios de guerra de superfície e um submarino no Caribe.

O novo ataque se soma à escalada da tensão entre EUA, Venezuela e Colômbia. Trump acusa o regime do presidente venezuelano, Nicolás Maduro, de possuir vínculos com os cartéis de drogas da região, e hoje impôs sanções ao presidente colombiano, Gustavo Petro, por ligações com o narcotráfico. O governo americano tem deslocado um aparato militar, incluindo navios de guerra, para a região do Caribe, próxima à costa venezuelana, sob o pretexto de combate ao narcotráfico local.

EUA autorizam ações da CIA na Venezuela

Os novos fatos ocorrem após Trump autorizar a Agência Central de Inteligência (CIA) a conduzir operações secretas no país sul-americano, acentuando os esforços da Casa Branca para pressionar o regime de Maduro.

De acordo com The New York Times, que revelou o plano confirmado por Trump, a medida permite que a CIA realize "operações letais" na Venezuela e conduza uma série de operações no Caribe. A estratégia, desenvolvida pelo Secretário de Estado Marco Rubio, com a ajuda de John Ratcliffe, o diretor da CIA, visa tirar Maduro — acusado de fraudar a eleição de julho do ano passado — do poder para entregá-lo à oposição.

Trump, por sua vez, alega que autorizou as ações após a Venezuela libertar um grande número de prisioneiros, incluindo indivíduos de instituições de saúde mental, que seguiram para os EUA, muitas vezes cruzando a fronteira devido ao que ele descreveu como uma política de fronteira aberta. O republicano não especificou qual fronteira eles estavam cruzando.

O segundo motivo, de acordo com ele, era a grande quantidade de drogas que entravam nos EUA vindas da Venezuela, muitas delas traficadas por via marítima.

Após a declaração de Trump, Maduro condenou o que chamou de "golpes de Estado orquestrados pela CIA", afirmando não querer uma guerra no Caribe e na América do Sul.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 24/10/2025

EUA AMPLIAM USO DE RECONHECIMENTO FACIAL NAS FRONTEIRAS PARA RASTREAR ESTRANGEIROS

Objetivo da regra é combater permanências ilegais e fraudes em passaportes, além de autorizar o uso de reconhecimento facial em crianças menores de 14 anos e idosos acima de 79, grupos atualmente isentos

Por Reuters — Washington



— Foto: AP Photo/Andres Leighton

Os Estados Unidos ampliarão o uso da tecnologia de reconhecimento facial para rastrear estrangeiros que entram e saem do país. O objetivo é combater permanências ilegais e fraudes em passaportes, segundo um documento governamental publicado nesta sexta-feira (24).

Uma nova regulamentação permitirá que as autoridades de fronteira dos EUA exijam que estrangeiros sejam fotografados em aeroportos, portos marítimos, fronteiras terrestres e quaisquer

outros pontos de saída, ampliando um programa-piloto anterior.

De acordo com a regra, que entrará em vigor em 26 de dezembro, as autoridades americanas também poderão exigir a coleta de outros dados biométricos, como impressões digitais ou DNA, conforme o documento.

A norma também autoriza o uso de reconhecimento facial em crianças menores de 14 anos e idosos acima de 79, grupos atualmente isentos.

As regras mais rígidas de fronteira fazem parte de um esforço mais amplo do presidente, Donald Trump, para reprimir a imigração ilegal. Embora o republicano tenha reforçado recursos na fronteira entre EUA e México, ele também adotou medidas para reduzir o número de pessoas que ultrapassam o tempo de permanência permitido por visto.

O uso crescente do reconhecimento facial em aeroportos americanos tem gerado preocupações de privacidade por parte de grupos de vigilância, que temem abusos e erros de identificação. Um relatório de 2024 da Comissão de Direitos Civis dos EUA apontou que testes mostraram maior probabilidade de erro na identificação de pessoas negras e de outras minorias étnicas.

O Serviço de Pesquisa do Congresso (CRS, na sigla em inglês) estimou, em 2023, que cerca de 42% dos 11 milhões de imigrantes ilegais nos EUA à época tinham permanecido além do prazo do visto.

O Congresso americano aprovou em 1996 uma lei exigindo a criação de um sistema automatizado de entrada e saída de estrangeiros, mas ele nunca foi totalmente implementado.

Atualmente, o Serviço de Alfândega e Proteção de Fronteiras (CBP, na sigla em inglês) já utiliza o reconhecimento facial para todas as entradas aéreas comerciais, mas emprega o sistema para saídas apenas em determinados locais, segundo a nova regulamentação.

O CBP estima que um sistema biométrico completo de entrada e saída poderá ser totalmente implementado em todos os aeroportos e portos marítimos comerciais — tanto para entrada quanto para saída — dentro de três a cinco anos.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 24/10/2025

VIAGEM DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES ALEMÃO À CHINA FOI CANCELADA, DIZ PORTA-VOZ

Segundo o informado, foi impossível conseguir reuniões suficientes na China para justificar a viagem de Johann Wadephul

Por Reuters — Berlim



Johann Wadephul — Foto: Yavuz Ozden/DIA Photo via AP

A viagem do ministro das Relações Exteriores alemão, Johann Wadephul, à China, originalmente planejada para domingo, não será realizada, disse um porta-voz de seu ministério nesta sexta-feira.

"Estamos adiando a viagem para um momento posterior", disse o porta-voz em uma entrevista coletiva, acrescentando que foi impossível conseguir reuniões suficientes na China para justificar a viagem.

Ela se recusou a dizer qual país havia cancelado a viagem, acrescentando que a Alemanha lamenta o ocorrido, dada a importância da China no comércio e como um país "que, como nenhum outro, tem influência sobre a Rússia em sua guerra contra a Ucrânia". Leia também: Presidente do Itaú: '80% das decisões que tomo pioram meu bônus no ano' Fala de Lula sobre 'traficantes como vítimas de usuários' vira munição para opositores e gera desgaste ao governo

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 24/10/2025

GOVERNO PUBLICA REGRAS PARA LEILÃO DE RESERVA DE CAPACIDADE PARA 2026

Ideia é contratar usinas, que podem ser ligadas e desligadas conforme a necessidade do sistema, para reforçar a potência do Sistema Interligado Nacional

Por Robson Rodrigues, Valor — São Paulo

O governo, por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), publicou nesta sexta-feira (24) a portaria com as regras dos leilões de reserva de capacidade, previstos para março de 2026. A ideia é contratar usinas despacháveis (que podem ser ligadas e desligadas conforme a necessidade do sistema) para reforçar a potência do Sistema Interligado Nacional (SIN).

A pasta agendou para 18 de março o leilão para contratação de projetos termelétricos a gás e carvão e expansão de hidrelétricas, e para 20 de março um leilão para térmicas a óleo e biodiesel, segundo informações publicadas hoje no Diário Oficial da União (DOU).

Haverá produtos para usinas a óleo combustível e diesel e, novamente, para usinas a biodiesel. Em paralelo, o governo também programa leilões para gás natural, carvão e ampliações de hidrelétricas.

O objetivo é "garantir a continuidade do fornecimento de energia elétrica" por meio de fontes despacháveis e centralizadas que agreguem potência ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Por isso, o leilão visa a contratar usinas para que fiquem disponíveis sempre que for necessário, ajudando a garantir o fornecimento em momentos de alta demanda ou crise. Ele não busca só energia, mas, sim, a garantia de que a usina estará disponível quando o sistema precisar.

Usinas hoje a óleo diesel poderão concorrer para entrada em operação em 2030 desde que convertam a queima para biodiesel até o início do suprimento. Empreendimentos vencedores de 2026 e/ou 2027 também poderão migrar para 2030, se fizerem a conversão.

Apenas empreendimentos existentes com outorga (ainda vigente ou já encerrada, desde que a usina tenha operado comercialmente à época), liberados pela Aneel até a data de publicação do edital.

As empresas terão que comprovar disponibilidade de biodiesel para operação contínua, inicialmente por 7 anos e depois por período adicional equivalente ao restante do contrato, com renovação a apresentar à Aneel com 5 anos de antecedência. Serão exigidos contratos e termos de compromisso com fornecedores autorizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e capacidade de armazenamento.

Os leilões fazem parte da estratégia do governo para reforçar a segurança elétrica do país, priorizando flexibilidade operativa, que é a agilidade da usina para ligar, desligar e variar a potência. Por isso, as chamadas térmicas “inflexíveis”, ou seja, usinas que geram de forma contínua, mesmo quando o sistema não necessita da energia, não poderão participar.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 24/10/2025

EPR VENCE SÉTIMO LEILÃO E JÁ SOMA R\$ 58 BI EM OBRIGAÇÕES

Grupo da Equipav e Perfin conquista lote 4 do PR, com oferta de 21,3% de desconto sobre tarifa e aporte de R\$ 390 milhões

Por Taís Hirata e Michael Esquer — De São Paulo

Corredor rodoviário

EPR conquista mais um bloco de rodovias no Paraná lícitado pelo governo



Fonte: ANTT *Estimativa

R\$ 10,8 bi

é o valor do investimento previsto

R\$ 7,37 bi

é o valor dos custos operacionais*

627,5 km

é a extensão do corredor

30 anos

é o prazo da concessão

232 km

é a extensão das duplicações exigidas

12,33%

ao ano é a taxa de retorno prevista do projeto

O grupo EPR, formado pela Equipav e pela Perfin, conquistou na quinta-feira (23) a concessão do Lote 4 de rodovias do Paraná. Com isso, em um intervalo de cerca de três anos, a empresa arrematou seu sétimo contrato e chegou a um total de R\$ 58 bilhões de obras a serem realizadas.

Na licitação de ontem, foram contratados R\$ 10,8 bilhões em novos investimentos. Para levar o contrato, o grupo ofereceu um desconto de 21,3% sobre a tarifa básica de pedágio. A proposta inclui também um pagamento de R\$ 390 milhões - pela regra do edital, caso o deságio proposto ultrapassasse 18%, o vencedor teria que desembolsar um aporte, com recursos que ficam vinculados ao contrato, como um “colchão” para a concessão.

No leilão, a companhia superou a proposta de outros três concorrentes. A Reune Rodovias, do Pátria, deu oferta de 21,2%, a Motiva (ex-CCR) fez oferta de 9,14% de desconto e a Mota-Engil propôs deságio de 6,23%.

Ao Valor, José Carlos Cassaniga, diretor-presidente da EPR, afirmou que o grupo já tem estrutura de capital assegurada para o início do projeto, e que os demais contratos conquistados pela companhia nos últimos três anos também estão com o financiamento encaminhado.

Segundo ele, das seis concessões já em curso, quatro estão com o financiamento de longo prazo resolvido. “As outras duas estão praticamente resolvidas, estamos em período de silêncio. [São eles] O Lote 6 [do Paraná, conquistado no fim do ano passado] e a Via Mineira [trecho da BR-040 entre Belo Horizonte e Juiz de Fora]. Estão equacionados. E esse próximo [o Lote 4] vai na sequência”, afirmou.



No leilão de quinta-feira, a companhia participou em consórcio com um fundo de investimentos de sua acionista, a Perfin - estrutura que já vinha adotando nos últimos leilões.

O forte interesse da EPR pelo Lote 4 era esperado pelo mercado, dado que a empresa já administra outros dois lotes de rodovias no Paraná - ambos de grande porte. O Lote 2, conquistado em 2023, previa cerca de R\$ 10,8 bilhões de obras, em um corredor entre Jacarezinho e Ponta Grossa. Em dezembro do ano passado, a empresa também conquistou o Lote 6, entre Foz do Iguaçu e Guarapuava, com outros R\$ 12,7 bilhões de intervenções previstas.

Segundo Cassaniga, os outros dois projetos conquistados no Paraná caminham bem, mas as obras de ampliação ainda não tiveram início. Pelo contrato, esses investimentos deverão começar a partir do terceiro ano. “No Litoral Pioneiro [Lote 2], inicia no ano que vem e na Iguaçu [Lote 6], mais para frente. E este terceiro lote também terá um intervalo [para o início dos principais investimentos]”, disse. No Lote 4, o ciclo de obras deverá se dar entre o terceiro e oitavo ano.

Na semana que vem, o governo federal prevê fazer a licitação do Lote 5 de estradas do Paraná, com projeção de mais R\$ 6,7 bilhões em obras. Com isso, deverá encerrar um pacote de seis concessões rodoviárias no Estado.

Segundo o ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB-AL), a expectativa é de até cinco grupos concorrendo na próxima licitação, que será realizada na quinta-feira (30) na B3, em São Paulo.

Dos seis contratos firmados pela EPR, quatro já têm financiamento de longo prazo equacionado e dois estão perto de definição

No mercado, a previsão é que as quatro empresas que participaram da concorrência - Motiva, Pátria, EPR e Mota-Enfil - voltem a disputar o Lote 5. Porém, após a vitória de ontem, fontes do setor disseram que possivelmente a EPR repensará sua oferta da semana que vem.

Ao ser questionado sobre o tema, Cassaniga afirmou que ainda não há uma decisão e que a companhia deverá seguir analisando projeto a projeto.

O executivo disse que, apesar do cenário de juros elevados no país, os retornos dos contratos de concessão estão em linha com as taxas de financiamento.

“Esse cenário está traduzido pelo modelador no WACC [sigla em inglês para Custo Médio Ponderado de Capital, que define a taxa de retorno dos projetos]. Esses projetos têm WACC mais elevado, está adequado. E também nossa confirmação de passos para estruturação de capital, isso nos permite percorrer esse caminho de forma adequada.” No caso do Lote 4, a taxa de retorno foi fixada em 12,33% ao ano, no contrato com prazo de 30 anos.

O governo federal tem planos de chegar ao fim deste ano com 22 licitações de rodovias realizadas, e pretende tirar do papel mais 14 leilões de estradas em 2026, segundo o ministro.

Questionado sobre a viabilidade de tantos projetos, frente ao atual patamar da taxa de juros - a taxa Selic está em 15% ao ano -, Renan Filho disse que as concorrentes têm conseguido captar recursos a custos mais baixos.

Ele citou como exemplo o Pátria, que venceu o leilão do Lote 1 de rodovias do Paraná em 2023, com R\$ 7,9 bilhões de investimentos. “Eles, pela primeira vez, conseguiram angariar recursos de fundos soberanos de Singapura e da Arábia Saudita. São fundos remunerados a 2% ao ano, ou seja, dinheiro mais barato”, disse. O ministro citou também as debêntures de infraestrutura, que viabilizam custos menores do que a taxa de juros de curto prazo.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 24/10/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

AGENTES COBRAM PLANO DE LONGO PRAZO PARA INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Por Nelson Moreira *Portos e logística* 23/10/2025 - 20:35



Em seminário anual da ATP, diretor da CNT defendeu pacto entre setores público e privado para garantir que melhoria da infraestrutura seja permanente e independente do governo da ocasião

O tema do 12º Encontro Anual da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) era a Inovação como Indutora do Desenvolvimento, mas foi a discussão sobre a necessidade de investimentos em infraestrutura logística e de um plano de longo prazo para garanti-los o que dominou o primeiro painel do evento. O assunto foi puxado logo pelo primeiro

palestrante, Válder Sousa, diretor da Confederação Nacional dos Transportes (CNT).

Ele começou sua participação elogiando o plano governamental de investimentos no setor portuário, com o programa de concessões e parcerias que, disse, está indo muito bem. Mas afirmou que é preciso que, mais que política de governo, o investimento em infraestrutura de transportes precisa ser política de Estado. Sousa disse que considera fundamental que haja um pacto entre o setor público e o setor privado para garantir que a melhoria da infraestrutura seja permanente e independente do governo da ocasião.

Segundo ele, a logística brasileira está precisando de “atitudes concretas” referentes a investimentos. “Temos que fazer um pacto. Nós do setor privado e do setor público temos que fazer um pacto de garantia de que os projetos desenhados hoje sejam implantados no longo prazo”, disse. Souza criticou as mudanças de rumo a cada governo que, segundo disse, impedem que a infraestrutura seja colocada como prioridade e que os investimentos tenham continuidade. “Todo governo faz um grande projeto de investimento. Depois, entra outro governo e faz outro projeto”, reclamou.

O diretor da CNT usou como exemplo prático das consequências para a economia da falta de investimentos na logística de transporte o crescimento do modal rodoviário no transporte de cargas, que, disse, encarece o frete em 30%. “Hoje, mais de 90% da carga geral está sendo transportada de caminhão. A ferrovia perdeu espaço para o caminhão. Indústria e agricultura estão pagando mais caro pelo frete. O Brasil está pagando mais caro”, afirmou.

Depois de apresentações pontuais de representantes da Marinha, do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e da Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (Antaq), que trataram de questões mais específicas de seus setores, a questão infraestrutura logística voltou no encerramento evento, com o secretário especial do Programa de Parcerias e Investimentos da Casa Civil da Presidência da República, Marcos Cavalcanti. Ele reconheceu as carências apontadas pelo representante da CNT e defendeu que o governo federal tenha mais recursos para investir nas obras necessárias, inclusive aquelas que não seriam atraentes para a iniciativa privada.

Cavalcanti disse que não é possível para o país fazer os investimentos necessários em infraestrutura e logística sem recursos públicos e defendeu que eles sejam definidos com clareza para que o planejamento de longo prazo possa ser feito. “Temos que ter um percentual do PIB, fora de qualquer bloqueio, para investimentos. Não há, por exemplo, como fazer ferrovias sem recursos públicos”, afirmou.

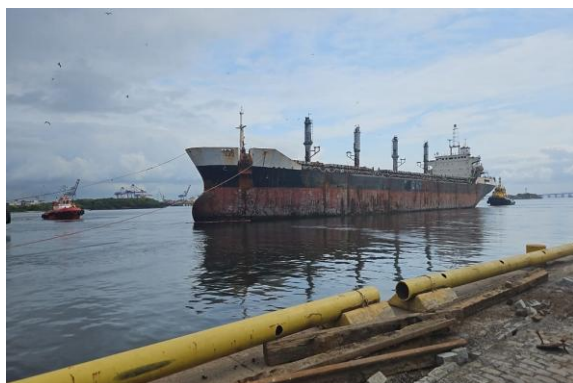
Ele disse que, apesar de muitos avanços, o ciclo atual de investimentos ainda é para tirar o período de atraso em infraestrutura pelo qual o país passou em anos recentes. E conclamou os empresários e os órgãos de governo a trabalharem juntos para superar as dificuldades e garantir investimentos em logística. “É preciso que comecemos a trabalhar com todos os setores envolvidos em infraestrutura para que tenhamos um novo ciclo e um novo modelo a partir de 2027”, conclamou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/10/2025

GOVERNO ENVIA AO CONGRESSO TEXTO PARA ADESAO À CONVENÇÃO DE RECICLAGEM DE NAVIOS

Por Danilo Oliveira Indústria naval 23/10/2025 - 19:50



Hong Kong Convention foi adotada em 2009 pela IMO e entrou em vigor no último dia 26 de junho. Projeto de lei sobre o tema tramita na CCJC da Câmara dos Deputados

O governo federal encaminhou ao Congresso o texto da Convenção Internacional de Hong Kong para a Reciclagem Segura e Ambientalmente Adequada de Navios de 2009 (Hong Kong Convention — HKC), para fins de adesão brasileira ao dispositivo. A informação foi publicada no Diário Oficial da União na última terça-feira (21). A HKC foi adotada em 2009 pela

Organização Marítima Internacional (IMO) e entrou em vigor no último dia 26 de junho de 2025.

A Convenção de Hong Kong tem como objetivo garantir que os navios, ao serem reciclados após o fim de sua vida útil, não representem riscos à saúde humana, à segurança ou ao meio ambiente. O texto estabelece regras sobre o manejo de substâncias perigosas, a melhoria das condições de trabalho e ambientais nos estaleiros de desmantelamento, além da implementação de mecanismos de fiscalização e certificação.

A Convenção prevê a aplicação das regras a embarcações com arqueação bruta (AB) superior a 500. Não há previsão do número de navios brasileiros impactados, em razão de diferenças quanto ao tamanho das embarcações contempladas pelo acordo internacional e pela legislação brasileira, em discussão no Congresso, por meio do projeto de lei 1.584/2021.

A autoridade marítima brasileira, por meio da Assessoria de Relações Institucionais da Marinha, atua junto ao Congresso, a fim de compatibilizar as exigências, de forma a dimensionar adequadamente a quantidade de navios a ser impactada. O PL da reciclagem de embarcações foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados em junho, um dia depois que a Convenção de Hong Kong, que trata do tema, entrou em vigor.

A chamada fase de construção de experiência (EBP) da HKC terá três estágios principais: coleta de dados, análise dos dados e revisão holística da Convenção. A condução técnica da EBP será realizada pelo Subcomitê de Prevenção e Resposta à Poluição (PPR), entrando na agenda em 2027, com conclusão prevista para 2030. A EBP foi proposta pela Noruega em reunião do MEPC/IMO, em abril de 2025, baseada no que aconteceu na época das discussões da Convenção da Água de Lastro.

Navios com 500 AB ou superiores que tenham contratos de construção firmados a partir de 26 de junho de 2025 deverão ter Certificado de Inventário de Materiais Potencialmente Perigosos (IHM). Por conta do Port State Control, os 24 Estados Partes da Convenção poderão exigir o Certificado para tais navios, de qualquer bandeira, sendo Estado Parte ou não, incluindo navios de bandeira brasileira, por exemplo.

A HKC também estabelece que navios existentes deverão ter o Certificado 'dentro do possível' no período de cinco anos a partir de 26/06/2025. Os navios de bandeira de um Estado Parte só poderão ser reciclados em instalações certificadas de acordo com a Convenção. Os navios que forem reciclados em Estados Partes deverão ter o 'Certificado de Pronto para a Reciclagem'.

O processo de adesão pelo Brasil envolve Câmara dos Deputados, Casa Civil e Ministério de Relações Exteriores (MRE), que prepara o projeto de lei, envia para Casa Civil, que encaminha ao Congresso para que o Brasil seja parte contratante aderindo à Convenção.

"Ao Brasil também interessa integrar o grupo de países habilitados a fornecer serviços de desmantelamento e reciclagem de navios, gerando emprego e renda no país e participando de atividade essencial à sustentabilidade do setor de transporte marítimo", destacou o governo na mensagem de adesão enviada aos congressistas.

Atualmente, os 24 Estados Partes contratantes da Convenção são: Bangladesh, Bélgica, República do Congo, Croácia, Dinamarca, Estônia, França, Alemanha, Gana, Índia, Japão, Libéria, Luxemburgo, Malta, Ilhas Marshall, Países Baixos, Noruega, Paquistão, Panamá, Portugal, São Tomé e Príncipe, Sérvia, Espanha e Turquia.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 24/10/2025

WÄRTSILÄ RENOVA ACORDO DE CICLO DE VIDA PARA 7 NAVIOS DE GNL DA TMS CARDIFF GAS

Da Redação Indústria naval 23/10/2025 - 19:09



A provedora de tecnologia Wärtsilä e a armadora TMS Cardiff Gas anunciaram, na última quarta-feira (22), terem renovado por cinco anos o contrato de vida envolvendo motores de dois tempos de sete navios transportadores de GNL. As embarcações abrangidas pelo contrato operam, cada uma, com dois motores bicomustível e unidades de válvulas de gás da fabricante finlandesa. De acordo com as empresas, o acordo visa garantir confiabilidade, agendamentos flexíveis de manutenção e otimização do tempo entre revisões (TBO).

As empresas explicaram que embarcações que transportam GNL estão submetidas a regulações ambientais e geopolíticas, além de pressão para que façam entregas em prazos rígidos. Por isso, precisam evitar qualquer problema que possa resultar em paradas inesperadas. "Em um mercado competitivo, paradas não planejadas custam caro", argumentou Alexandros Politis-Kalenteris, vice-COO da TMS Cardiff Gas.

Segundo o executivo, o contrato com a Wärtsilä prevê uso de tecnologias de controle, entrega de peças de reposição de alta qualidade e suporte especializado. "Isso nos permite continuar a fortalecer a confiabilidade operacional dessas embarcações, garantindo o atendimento à crescente demanda global por GNL e aos cronogramas de entrega apertados", afirmou.

O acordo inclui o serviço de planejamento de manutenção dinâmica da Wärtsilä, que fornecerá agendamento de manutenção flexível com intervalos estendidos e consumo reduzido de peças de reposição e suporte operacional remoto 24 horas por dia, nos sete dias por semana. Inclui também um serviço exclusivo de manutenção preventiva que usa dados da embarcação em tempo real para detectar possíveis problemas.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPING

Edição: 165/2025
Página 58 de 58
Data: 24/10/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Stefan Wiik, vice-presidente de peças e serviços de campo da Wärtsilä Marine, acrescentou que maximizar o tempo de atividade, com segurança, flexibilidade e confiabilidade, é fundamental para os operadores do segmento de transporte. “Nossas soluções digitais avançadas e suporte ao ciclo de vida capacitam nossos clientes a alcançar excelência operacional e maximizar a disponibilidade de seus ativos”, afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/10/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 24/10/2025